

Luísa Darlosa Miala

**Estudo de Unidade de Vizinhança e Requalificação
Urbana: Musseque da Terra Nova, Luanda-Angola**

Orientador: Professor Doutor João Filipe Ribeiro Borges da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2018

Luísa Darlosa Miala

**Estudo de Unidade de Vizinhança e Requalificação
Urbana: Musseque da Terra Nova, Luanda-Angola**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 16 de Novembro de 2018, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº434/2016, de Novembro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguente: Prof. Doutor Hugo Philipe Herrenschmidt da Nazareth Fernandes de Cerqueira

Orientador: Prof. Doutor João Filipe Ribeiro Borges da Cunha

Vogal: Prof.^a Doutora Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira Antunes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2018

Dedicatória

Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá. Êxodo 20:12.

Dedico esta Dissertação de Mestrado aos meus pais, Moniz Garcia Miala e Nsangu Isabel, e à minha avó Fatu Maria Nsongani, pelo incentivo e apoio incondicional.

Agradecimentos

“O mwana muna vumu wa ngudi, avo o wutukidi se wa wantu a wonso.”

O filho na barriga, é da mãe; quando nasce, é para toda a comunidade.

_Ditado popular do povo Bakongo, no dialecto Kikongo.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, Aba Pai e Todo-Poderoso que é meu refúgio e fortaleza;

Aos meus pais, Moniz Garcia Miala e Nsangu Isabel por toda entrega de suas vidas pelo bem da família, pelos valores que carrego, e serei eternamente grata.

À minha avó Fatu Maria Nsongani, matriarca da família, que muito mais do que amiga, é um pilar.

À todos os meus familiares, aos meus queridos irmãos, em especial a Glória Tecadiomona pelos ouvidos disponíveis e amizade eterna, ao Moniz Miala pelo companheirismo e desafios passados juntos nos últimos anos em Lisboa, a Júlia, Didier e Edson Tecadiomona, Trésor, Belinda, Nzolantima e Lionel Kama e a Dolly Kiasekoka sei que posso sempre contar com o vosso apoio, e ao Jerónimo Miala por não medir esforços em apoiar-me no que foi necessário desde o início e durante todo o curso. Sem me esquecer do Pedro, da Isabel, do Afonso e da Potenciana Miala.

As minhas amigas e irmãs (Roberta dos Santos, Érika Pompal, Júlia Cauanda, Julsimery Pungo e Paula Ribeiro), pelas orações e apoio a todas as horas, por serem tão presentes e amorosas. E também ao Francisco Paca, pelo impulso e motivação.

Às Samaritanas, pela irmandade, em especial a nossa líder e mãe na fé, Maria Zacarias “mamã Dora” por tamanha dedicação ao grupo, e exemplo a seguir que sempre foi;

Aos meus colegas que estiveram comigo desde o início da caminhada, alguns dos quais que por razões diversas

não puderam continuar, em especial a companheira inseparável Tânia Rosário, também ao Valdemiro Pombal, Mário Rodrigues, Paulino Ngunji, Leonel Franco, Francisco Madeca, Pedro Oliveira, Kénia Cruz, e também ao Patrick Cardoso, Filipe Manuel e Celestino Silva.

Aos professores: Hestness Ferreira (in memoriam), Pedro Ressano Garcia, Filipa Antunes, António de Santa Rita, Patrícia Pedrosa, Catarina Patrício, que foram excelentes nos seus papéis, e inspiraram-me à arquitetura.

Ao meu orientador, o Professor Doutor João Filipe Ribeiro Borges da Cunha, pela paciência, atenção e palavras assertivas de incentivo;

À ULHT, especialmente o departamento de Arquitetura, pelo empenho e pelas viagens de grupo que foram tão benéficas para o meu crescimento dentro da arquitetura;

À faculdade de engenharia da Universidade Agostinho Neto em Luanda, no curso de Arquitetura e Urbanismo, na pessoa do professor Adélio Timóteo Chitekulo, pelo acesso à biblioteca de tão bom grado.

Ao Instituto de Planeamento de Gestão Urbana de Luanda, em especial a arquiteta Maria Alice Correia e ao Exmo. Senhor Diretor Geral, António Pedro F. Bunga, pela disponibilidade, dedicação e instrução em tudo quanto foi necessário, e me terem dado a possibilidade de aceder ao arquivo histórico da instituição, e recolher todo material necessário possível.

À Geirefin, gestora de bolsas, pela tamanha dedicação, carinho, apoio, e boa fé para comigo como bolseira, em especial a Dona Adélia Rodrigues, a Rosa Garrinhas e a Dra. Emília Garrinhas.

Ao ministério dos Petróleos pela bolsa de estudos, por acreditarem e investirem na nova geração de quadros para Angola;

À todos, Ntondele!

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUME	10
INTRODUÇÃO	11
I. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA	11
II. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO	11
III. OBJECTIVOS/ PERGUNTA DE PARTIDA.....	12
IV. ESTADO DA ARTE	12
V. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1. A UNIDADE DE VIZINHANÇA	18
2. O MUSSEQUE	22
2.1. FAVELA: UM ANTECEDENTE.....	25
2.2. O BAIRRO TALUDE MILITAR: UMA REALIDADE INCONTORNÁVEL	27
3. O MUSSEQUE DA TERRA NOVA.....	31
3.1. LUANDA: BREVE NOTÍCIA SOBRE A EVOLUÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA	31
3.2. TERRA NOVA: DE UNIDADE DE VIZINHANÇA À ATUALIDADE	33
3.3. LIMITES / BARREIRA	42
3.4. VIVÊNCIAS	43
3.5. TENSÕES SOCIAIS	46
4. REQUALIFICAÇÃO URBANA	53
4.1. REQUALIFICAÇÃO URBANA	53
4.2. POTENCIALIDADE DO VAZIO URBANO	55
4.3. ESPAÇO PÚBLICO	59
4.4. PROPOSTA PROGRAMÁTICA	61
CONCLUSÃO.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	64

Resumo

Os *musseques* são assentamentos de carácter informal localizados maioritariamente nas margens da cidade de Luanda, e representam fisicamente a segregação social no espaço urbano da cidade capital de Angola. Das causas do surgimento de *musseques*, constam a segregação racial, a segregação de classes no período colonial, imigração, êxodo rural, guerra colonial e civil e as consequências na economia nacional.

O bairro da Terra Nova foi identificado como unidade de vizinhança nos seus registos primários. A unidade de vizinhança seria então uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos.

Terra Nova é um bairro, localizado a sudoeste da cidade de Luanda, a 6 km do centro urbano da cidade. Foi construído na época colonial, na sequência de programas públicos e iniciativa de entidades privadas, de habitação social (gerando os bairros populares) para funcionários e operários de baixa e média renda, datado de 1972 à 1974.

Depois da independência, os chamados bairros populares, atingiram tamanha densificação e degradação que se assemelham aos atuais *musseques* informais.

Princípios de reabilitação tornam-se necessário na atuação sobre a realidade deste bairro, com vista a melhoria da funcionalidade urbana, adequando o território à funções pretendidas.

Palavras-chave: Luanda, unidade de vizinhança, musseque, tensões sociais, áreas urbanas informais.

Abstract

The musseques are informal settlements located mostly on the banks of the city of Luanda and physically represent social segregation in the urban space of the capital city of Angola. Of the causes of the emergence of musseques are racial segregation, class segregation in the colonial period, immigration, rural exodus, colonial and civil war, and the consequences on the national economy.

The neighborhood of Terra Nova was identified as a neighborhood unit in its primary registers. The neighborhood unit would then be a residential area that has relative autonomy with respect to the daily needs of consumption of urban goods and services.

Terra Nova is a neighborhood, located southwest of the city of Luanda, 6 km from the city's urban center. It was built in the colonial times, following public programs and initiative of private entities, social housing (generating the popular neighborhoods) for employees and low and middle-income workers, dating from 1972 to 1974.

After independence, so-called popular neighborhoods have reached such densification and degradation that they resemble today's informal musseques.

Principles of rehabilitation become necessary in acting on the reality of this neighborhood, with a view to improving urban functionality, adapting the territory to the intended functions.

Key-words: Luanda, neighborhood Unit, musseque, social tensions, urban informal areas.

Résumé

Les musseques sont des établissements informels situés principalement sur les rives de la ville de Luanda et représentent physiquement la ségrégation sociale dans l'espace urbain de la capitale de l'Angola. Parmi les causes de l'émergence des musseques figurent la ségrégation raciale, la ségrégation de classe à l'époque coloniale, l'immigration, l'exode rural, la guerre coloniale et civile et les conséquences sur l'économie nationale.

Le quartier Terra Nova a été identifié comme une unité de quartier dans ses registres primaires. L'unité de voisinage serait alors une zone résidentielle jouissant d'une autonomie relative par rapport aux besoins quotidiens de consommation de biens et services urbains.

Terra Nova est un quartier situé au sud-ouest de la ville de Luanda, à 6 km du centre urbain de la ville. Il a été construit à l'époque coloniale, à la suite de programmes publics et d'initiatives d'entités privées, de logements sociaux (générant les quartiers populaires) pour les employés et les travailleurs à faibles et moyens revenus, de 1972 à 1974.

Après l'indépendance, les quartiers dits populaires ont atteint une telle densification et dégradation qu'ils ressemblent aux musseques informelles d'aujourd'hui.

Les principes de réhabilitation deviennent nécessaires pour agir sur la réalité de ce quartier, en vue d'améliorer la fonctionnalité urbaine, en adaptant le territoire aux fonctions prévues.

Mots-clés: Luanda, unité de quartier, musseque, tensions sociales, zones urbaines informelles.

Introdução

A presente dissertação desenvolve um estudo sobre o bairro da Terra-Nova, desde a sua génese, estruturação, e planificação, e que é apresentado como uma unidade de vizinhança, e *musseque*, herança histórica do colonialismo português, e posteriormente à guerra civil em Angola que levou ao êxodo rural da população, de que resultaram também as mudanças na própria sociedade e as grandes transformações que sofreu a metrópole de Luanda.

I. Fundamentação da escolha

O objecto de estudo, ele mesmo, motivou a sua escolha, sendo o bairro testemunha da minha infância e adolescência, e sendo eu mesma, testemunha das suas memórias e vivências, e ainda enquanto angolana, devido à carência de elementos de pesquisa, de modo a poder contribuir para o país com material de estudo dentro da área a que me dedico: a arquitetura.

II. Apresentação do documento

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro de carácter teórico, onde é abordada a questão da *unidade de vizinhança*; o segundo capítulo, de teor sócio-antropológico, sobre o conceito de *musseque*; o terceiro, onde é caracterizado o bairro da Terra-Nova, dentro do que foram os conceitos *supra* citados e ainda em torno do que nele esta investigação identifica como um fenómeno de *tensão urbana*; e por fim, um quarto capítulo, dedicado à proposta de requalificação do bairro, dentro dos respectivos debates doutrinários.

III. Objectivos/ pergunta de partida

Como principal objectivo é apresentada a compreensão do estado atual do bairro através da análise das mudanças que sofreu. Na qualidade de pergunta de partida enuncia-se: Como preservar a identidade histórica e cultural existente e melhorar as condições de habitação, e também oferecer espaço público de qualidade, propiciando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da reestruturação das infraestruturas urbanas, fixando práticas que possam inspirar novos modelos de desenvolvimento.

A presente pesquisa é conduzida pela necessidade de demonstrar a importância da requalificação do espaço público como um elemento-chave para o desenvolvimento do ambiente urbano.

IV. Estado da Arte

O estado da arte é a apresentação dos estudos que estão a ser feitos, ou já foram feitos sobre a temática ou linha de pensamento do tema em análise. Uma pesquisa dentro da área de análise, reconhecendo o que está ou foi investigado sobre o tema, e posteriormente a comparação entre as diferentes pesquisas. Dando, assim, fundamento à pesquisa para comparar viabilidades, reconhecer o que está a ser discutido e abordado; e, posteriormente, para vir a ser recuperado como base teórica, comprovando que o estudo contribui para o campo de atuação e para a sua constituição.

Tendo como tema “Estudo de unidade de vizinhança e requalificação urbana” e sendo o objecto de estudo o musseque da Terra-Nova, na cidade de Luanda, capital de Angola; fez-se uma pesquisa bibliográfica descritiva, realizada na base de dados do RCAAP (repositório científico de acesso aberto em Portugal), no ReCiL (repositório científico lusófono) com a utilização das palavras-chave: unidade de vizinhança, musseque, Luanda, reabilitação urbana; dentro da área científica: urbanismo, ambiente e sociedade. Foram também seleccionadas obras bibliográficas a partir da biblioteca universitária Victor de Sá, biblioteca da Faculdade de Engenharia no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Agostinho Neto em Luanda, bem como recolha de dados no Arquivo Histórico do Ultramar em Lisboa, e análise de arquivos históricos no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda – ipgul.

Com base em dissertações, peças bibliográficas e arquivos históricos, observação *in situ*, a pesquisa dividiu-se em três momentos: o primeiro momento caracterizou-se pela busca de dissertações e posterior leitura; no segundo momento, foram selecionados os resumos que abordavam a cidade de Luanda na sua génese; no terceiro momento, foi tomada em conta a discussão disciplinar sobre os musseques. Na recolha de obras bibliográficas, foram tidas em conta temáticas adjacentes, sendo estas a *cidade colonial portuguesa*, e a *segurança no meio urbano*.

Para a apresentação dos estudos selecionados foram consideradas características em comum, análise crítica dos achados, identificação de diferenças e conflitos, interpretação dos resultados, reportando da forma mais evidente os fenómenos e acontecimentos observados.

No período compreendido entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018, no ReCiL, com a palavra chave “Luanda” foram encontrados quatro resultados dos quais dois conduzem para a palavra-chave “musseque”. No RCAAP com a palavra chave “Luanda” foram encontrados oitenta e cinco resultados, dos quais foram selecionados catorze, tendo em conta o critério de exclusão de não se tratarem da área científica pretendida; com a palavra-chave “musseque” foram encontrados três resultados, dois dos quais anteriormente encontrados no ReCiL. Para a “requalificação urbana”, foram encontrados cento e noventa e cinco resultados no ReCiL e cento e setenta e três resultados no RCAAP, tendo sido também selecionados com critério de exclusão, voltando-se para países subdesenvolvidos. Com a palavra-chave “unidade de vizinhança”, nenhum resultado foi encontrado no ReCiL, tendo sido encontrados dois resultados no RCAAP; o que levou a uma busca por um motor virtual *on-line* por ficheiros em *.pdf, tendo sido selecionados cinco artigos. A escassez verificada, justifica a necessidade da abordagem deste tema, por assim contribuir para o campo de atuação.

V. Enquadramento Teórico

Compreender a escala de bairro, pressupõe compreender a escala da cidade, e compreender a cidade, pressupõe entender a sociedade. Para Robert E. Park, a cidade é o laboratório de análise, por excelência da natureza humana. A cidade gera a sociedade com os seus processos evolutivos, equilíbrios, tensões. Da cidade e da cultura urbana, difundem-se os impulsos que geram e complexificam a sociedade no seu todo. Sendo assim, compreender a cidade é compreender a sociedade (Fortuna, Carlos, 2001:1).

Há uma necessidade no ser humano de preservar a independência e a individualidade, contra a sociedade, contra a herança histórica, tecnicidade e cultura da vida contemporânea. O que promove a sua individualidade, tornando-o único e indispensável, torna-o ao mesmo tempo dependente da atividade complementar de outros. A individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos (Simmel, Georg, 2001:31).

A metrópole promove condições psicológicas contrastantes, as diferenças existentes entre as sensações do momento e as precedentes, diferenças existentes em tudo o que é visto de relance e o carácter inesperado dos estímulos intensos (Ibidem, 32).

Um aspecto a ter em conta na cidade de Luanda do século XXI, são as migrações, mobilidade, devido ao êxodo rural num período pós-colonial, podemos citar os efeitos da guerra civil como um dos principais fatores de movimentação em massa da população para a capital do país à procura de melhores condições de vida. Quando falamos de sociedade, falamos da alteração na fisionomia e geografia, associada a alterações várias entre elas a Revolução Industrial. O movimento de concentração populacional em aglomerados urbanos faz da sociedade fundamentalmente urbanizada. E esta cultura urbana leva a uma evolução linear do crescimento das cidades (Fortuna, Carlos, 2001:3).

A vida rural traduz um fluir sensorial mais lento, mais familiar, e mais tranquilo, ou seja, mais emocional/sensorial. Enquanto que a vida metropolitana traduz um carácter essencialmente racional, que revela-se pela qualidade intelectualista, uma proteção da vida interior face à influência da metrópole (Simmel, Georg, 2001:32).

As grandes cidades têm sido berço de novos grupos e figurações sociais, novas formas de organização e conflito. Com ideologias e práticas de consumo, novas topografias.

A metrópole reúne uma aglomeração de pessoas com interesses diferenciados, as suas relações e atividades interlaçam-se umas com as outras num único organismo multifacetado que resulta em várias e complexas preocupações, levando a fenómenos caóticos. Na vida metropolitana, todas as atividades e relações recíprocas devem estar organizadas e coordenadas de forma pontual num calendário determinado. Cada acontecimento, estabelece de imediato uma relação com as profundezas do espírito. A pontualidade, a exatidão impostas pela complexidade e pela extensa da vida metropolitana, estão relacionadas com o carácter racionalista e capitalista (Simmel, Georg, 2001:35).

Novas visões sobre a cidade têm surgido; tentativas de a devolver as suas múltiplas facetas.

A cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como o tempo, socialmente vividos e (re)construídos. Nesta sua implosão, a cidade torna-se uma alegoria da sociedade (Fortuna, Carlos, 2001:4).

A cidade é o *locus* de convergência das grandes correntes e interesses económicos, políticos e ideológicos. Antes da Revolução Industrial, a cidade via-se como objecto do poder social, mas ainda era o campo que imprimia a sua marca sobre a cidade. Após a Revolução Industrial, é invertido o centro de poder (Fortuna, Carlos, 2001:6).

A metrópole como sede da economia monetária, está diretamente ligada ao domínio do intelecto, que requer uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas. O individuo metropolitano, racional, revela-se numa justiça formal e indiferença implacável, que converte as relações em números, exacerbando interesses quando vistas em termos objectivos. Diferente das relações emocionais que se baseiam na individualidade e nas relações interpessoais (Bauman, Zygmunt, 2006:32-33).

Na metrópole, predomina a economia monetária, em que os interesses de cada uma das partes adquirem uma dimensão de incontornável objectivismo, economia egoísta, sem desvio da imponderabilidade das relações pessoais, que é o caso da vida rural (Bauman, Zygmunt, 2006:31).

Reservado à metrópole, está a atitude *blasé*, a incapacidade de reagir a novos estímulos, como consequência de uma constante estimulação dos estimulação nervosa. E também, a indiferença perante as distinções entre as coisas, ou seja, a não percepção das coisas como significantes; que provém da economia monetária. O dinheiro reduz a essência das coisas, seu valor e a sua singularidade. Apenas a quantidade as distingue. A metrópole como lugar privilegiado do comércio, reforça o carácter mercantil das coisas (Simmel, Georg, 2001:35).

Na metrópole, a atitude mental das pessoas, umas com as outras, pode ser tida como sendo, formalmente, uma atitude de reserva. [Perante os vizinhos,] dão-se relações de distância e indiferença, antipatia, mútuo estranhamento e aversão, distanciação e depreciação, que pode levar a repulsa e conflito (Simmel, Georg, 2001:36).

Na metrópole, a quantidade altera a qualidade da vida. Nela é decisivo que a sua vida interior se amplie para domínios mais vastos, o que caracteriza as metrópoles é a sua independência, e as suas funcionalidades fazem-se sentir para além dos limites físicos.

Zygmunt Bauman na sua obra *Confiança e Medo na Cidade* referiu o sociólogo Robert Castel que afirma que a insegurança hoje em dia não é resultado da falta de meios destinados a proteção, mas do quão imprecisos são no seu foco, no seu alvo (Bauman, Zygmunt, 2006:9).

O medo do crime e medo dos malfeitores são distintos. Há a desconfiança perante os outros e suas intenções devido ao individualismo contemporâneo que cessaram corporações muito ligadas que velavam pelo cumprimento das normas, e foram substituídas pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos, e isso gerou a incerteza. Assim surgem a insegurança e o medo de perigos imprecisos: uma atmosfera de desconfiança difusa (Bauman, Zygmunt, 2006:12,15,33).

No passado pré-moderno, os mecanismos de proteção de lutar contra o medo sempre foram trabalho dos estados, desde o estado moderno, com rede de atividades assistenciais e prerrogativa sobre o exercício exclusivo da força. Um estado social que visava proteger em sentido estrito (a prevenção colectiva destinada a evitar os danos particulares) e não necessariamente a redistribuição da riqueza. Para as pessoas que não possuem meios de fortuna, apenas a capacidade de trabalhar, a proteção será colectiva. Já na fase sólida da modernidade, as ajudas sociais criadas pelo estado (serviços governamentais nos campos da higiene e da saúde, da educação e do alojamento, as leis que regulam os direitos e as obrigações das duas partes dos contratos de trabalho), e que ao mesmo tempo protegem o bem-estar dos cidadãos (Bauman, Zygmunt, 2006:11).

Os laços de parentesco e de vizinhança uniam as comunidades e corporações, e esses laços foram perdendo-se. Eis que a modernidade substitui esses laços naturais por artificiais equivalentes: associações, sindicatos e agrupamentos, a tempo parcial embora de dedicação permanente. É então, a solidariedade, a principal defesa contra o medo, segundo Zygmunt Bauman (Bauman, Zygmunt, 2006:16).

Bauman fala de classes perigosas: população excedentária, temporariamente excluída, despojada de qualquer função útil pelo ritmo económico, e imposto pelas ambições capitalistas da iniciativa privada (Bauman, Zygmunt, 2006:18).

É difícil resolver o problema da insegurança, com o capitalismo a acompanhar o crescimento da sociedade. Bauman refere-se ao termo “mixofobia” como sendo o desejo de garantir a segurança a todo custo. Alternativa a esta, é a “mixofilia” que é a tentativa de criar um ambiente propício para unir lados, onde a diferença é valorizada e respeitada (Bauman, Zygmunt, 2006:82-83).

O autor aponta para a necessidade de criar-se condições para que os indivíduos se aproximem e passem a ter novas experiências de convívio e respeito na relação ao “outro”.

Bauman põe à vista que até a arquitetura tem implicações na cultura do medo, incerteza e risco. A cidade que constrói condomínios de luxo, produz em contraste os guetos. Quando se cria mais segurança e conforto para si próprio, perde-se a capacidade de convívio com o outro e aumenta o medo (Bauman, Zygmunt, 2006:45-46).

Bauman é a favor do encontro, convívio e comunidade, para direcionar à compaixão e compreensão do outro.

Estas teorias e conceitos vêm elucidar o que se será observável nos capítulos que se seguem: A compreensão do bairro, que passa por analisar a sociedade e suas mudanças, figurações sociais, organização, conflito, densidade populacional e seus interesses diferenciados que acompanham o crescimento da cidade e levam a fenómenos desviantes, como o medo, e alteração na qualidade de vida; a necessidade de independência e individualidade por parte da sociedade, onde ela acaba transformada, pela influência da vida rural em contraste com a vida metropolitana e seus interesses económicos.

1. A unidade de Vizinhança

O bairro da Terra-Nova é apresentado nos seus registos primários como então designado unidade de vizinhança. Este termo foi primeiramente exposto no ano de 1920, na era automóvel, pelo sociólogo americano, Clarence Perry (Nova Iorque, 1872-1944). O crescimento das cidades e o crescimento do número de automóveis, que afectavam as características de bairros considerados de qualidade, estão na génese do surgimento deste conceito, com base numa filosofia que defende a preservação da escala humana nos bairros. Para Perry, toda a grande cidade é um conglomerado de comunidades, uma “cidade celular”. Sendo que no passado muitas das pessoas se sentiam mais identificadas com vilas e pequenas cidades, o autor relacionou esta necessidade a uma comunidade de vizinhança geográfica com o ciclo de vida humano em relações de proximidade, daí o desafio foi criar espaços que melhor serviriam famílias com crianças, a unidade de vizinhança. O sociólogo notou que as famílias nucleares com crianças pequenas se relacionavam em torno de escolas de ensino primário, sendo assim, as unidades de vizinhança deveriam ser construídas em volta destes estabelecimentos de ensino. Estes, por sua vez, com 5 acres de área, cerca de 20.000 m², deveriam possuir um raio de meia-milha, cerca de 800 metros, que possibilitasse às crianças caminharem até a escola, de modo a que não precisassem de atravessar ruas movimentadas (Perry, Clarence, 1929:486).

Porém, Perry focou-se numa parte limitada da sociedade, onde o seu interesse era o de criar um ambiente funcional, seguro e bairros atraentes com um senso de comunidade para famílias nucleares de renda média alta com crianças a cargo (Perry, Clarence, 1929:487).

A unidade de vizinhança seria então uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos. Os equipamentos de consumo coletivo teriam, assim, a sua área de atendimento coincidindo com os limites da área residencial.

A distribuição dos equipamentos de consumo na escala da cidade, onde a escola aparece como foco e centro gerador da concepção; e a aspiração de recuperação de valores de uma vida social a nível local (relações de vizinhança), o desejo de recuperação da vida social local, considerados enfraquecidos ou mesmo perdidos com as transformações por que passou a vida urbana em decorrência dos processos espaciais e socioeconómicos

ocasionados pela Revolução Industrial, são duas preocupações básicas na concepções de unidade de vizinhança (Barcellos, Vicente, 2009:1).

A escola é a peça que dimensiona a área habitacional, que em extensão coincidiria com sua área de atendimento, de modo a resultar, entre outros aspectos, uma unidade espacial mais ou menos fechada e autónoma, onde as condições de acesso estariam otimizadas.

No planeamento de qualquer cidade, encontramos três grupos:

1. A comunidade regional, que abrange muitas comunidades municipais e é, assim sendo, uma família de comunidades;
2. A comunidade da aldeia, município ou cidade;
3. A comunidade do bairro.

Sendo que a unidade de vizinhança corresponde ao terceiro ponto, a comunidade do bairro.

Mas existem algumas funções vincadamente particulares a uma comunidade bem organizada:

(1) Escola primária, (2) pequenos parques e área de lazer, (3) lojas para promover comércio local e (4) ambiente residencial, qualidade da arquitetura, disposição das ruas, plantio ao longo das bermas e nos pátios, arranjo e recuo de edifícios, e a relação de lojas, postos de combustível e outras instituições comerciais com moradias - todos os elementos que entram no ambiente de uma casa e constituem a sua atmosfera externa. Outras instituições e serviços de vizinhança são por vezes encontrados, mas são praticamente universais (Perry, Clarence, 1929:488-489).

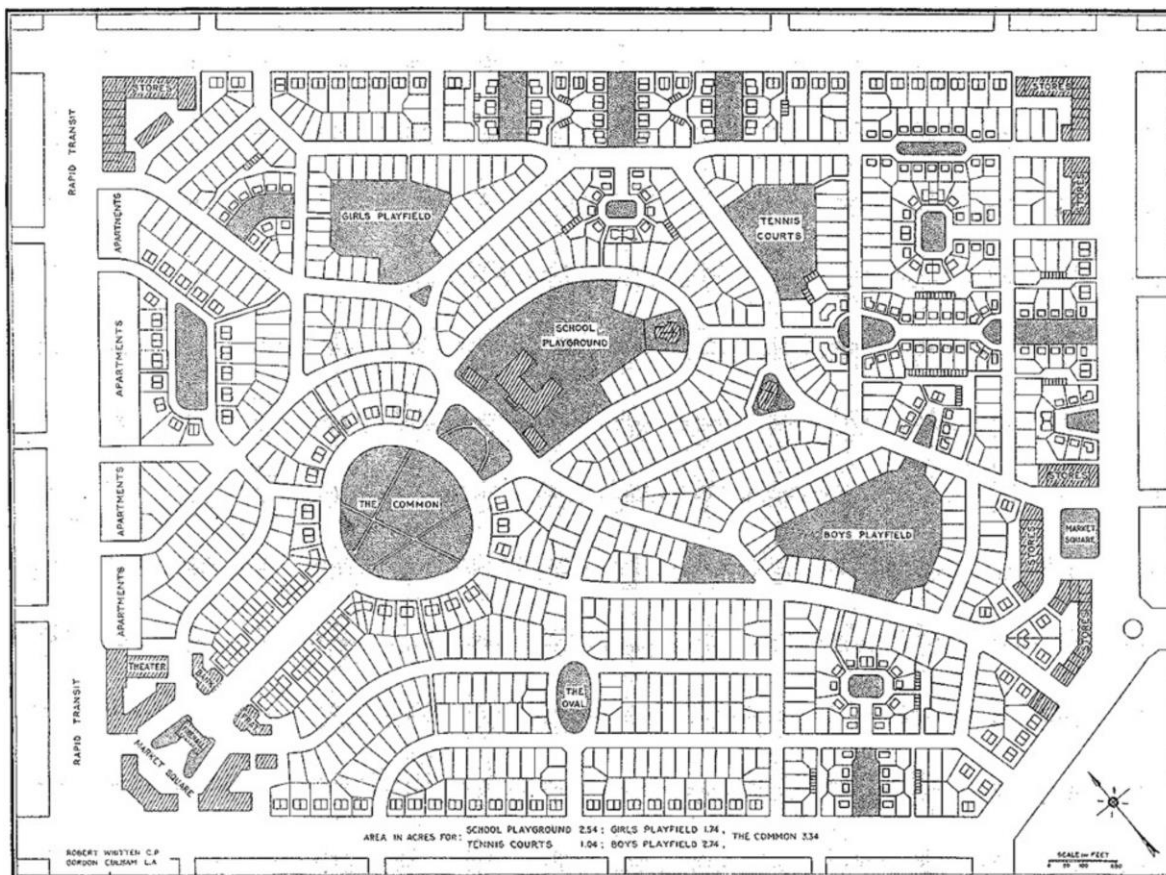


Fig.1. Subdivisão de habitação modesta planeada como unidade de vizinhança. Baseado numa extensão de terra nos arredores do bairro de Queens, Nova Iorque (Perry, Clarence, 1929:489).

Perry reflete na unidade de vizinhança como uma parcela, dentre várias unidades que formam a cidade. Na sua concepção são observados preceitos de transformação da ordem estética do meio urbano, mas não somente de ordem funcional. As transformações físicas voltam-se para a rede viária e para a localização dos equipamentos.

O conceito de unidade de vizinhança resultado de uma série de desejos de planeamento físico, social e escolar, é como tal síntese de ideias provenientes de diferentes domínios do conhecimento. A reivindicação de educação pública enquanto direito democraticamente estendido a toda a população, e por conseguinte a toda a cidade, iniciada no Iluminismo, e posteriormente no século XIX, ganha relevo no debate dos utopistas e reformadores na ideia de corrigir os males da sociedade industrial (Barcellos, Vicente, 2009:2).

Uma iniciativa pioneira, partindo da ideia de que a educação antecipa a organização de toda a comunidade, e anseios de se traduzir para o espaço urbano as ideias de um sistema escolar em extensão, é a iniciativa de Robert Owen em New Lanark de 1816, onde baseava toda a sua teoria de *A New View of Society* com importância dada à educação na transformação do ser humano. Na perspectiva de Owen, a planificação

ambiental e educativa detinha a chave para a formação do carácter – caracteres bem moldados produziriam uma classe trabalhadora pacífica, harmoniosa e produtiva. Em 1809, Owen iniciou o projeto da fundação de uma nova instituição para a educação das crianças em New Lanark, o New Institute for the Formation of Character inaugurado em 1816 (Owens, Robert, 1983:16).

Desta feita, são estes os princípios da unidade de vizinhança:

1. Tamanho – a área da unidade de vizinhança vai de acordo com a densidade populacional. População que solicita a presença de uma escola de ensino primário.
2. Limites - A unidade deve ser delimitada em todos os seus lados por vias arteriais, suficientemente amplas para facilitar o tráfego.
3. Espaços Abertos – deverá conter pequenos parques e espaços de recreação, planeados para atender as necessidades do bairro em particular.
4. Equipamentos públicos bem localizados - Os locais para a escola e outras instituições com esferas de serviço que coincidam com os limites da unidade devem ser adequadamente agrupados em torno de um ponto central ou área comum.
5. Comércio local - Um ou mais distritos comerciais, adequados para a população a ser servida, devem ser dispostos na circunferência da unidade, preferencialmente nos entroncamentos e adjacentes a distritos similares de bairros adjacentes.
6. Sistema de rua internas - A unidade deve ser provida de um sistema de ruas especial, cada rodovia sendo proporcional à sua provável carga de tráfego, e a rede de rua como um todo sendo projetada para facilitar a circulação dentro da unidade e desencorajar o seu uso através do tráfego de grande circulação (Perry, Clarence, 1929:488-489).

2. O musseque

Os *musseques* são assentamentos de carácter informal localizados maioritariamente nas margens da cidade de Luanda, e representam fisicamente a segregação social no espaço urbano da cidade capital de Angola, localizada na parte ocidental da África austral. Os *musseques* são caracterizados por uma expansão acelerada, livre e desordenada, resultante de um crescimento demográfico e urbano acelerado.

A palavra *musseque* tem a sua origem do dialeto nacional angolano *Kimbundo*, falado na região noroeste de Angola que inclui Luanda. A palavra *musseque* significa areia ou terra vermelha, condição geológica que caracterizava as zonas onde se localizavam os primeiros *musseques*.

A priori, os *musseques* designavam os bairros de casebres na periferia da cidade onde vivia a população africana marginalizada, datado no fim do tráfico de escravos.

Das causas do surgimento de *musseques*, constam a segregação racial, a segregação de classes no período colonial, imigração, êxodo rural, guerra colonial e civil e as consequências na economia nacional. A falta de controlo no ordenamento do território, reflexo da carência de legislação e de políticas de gestão urbana eficientes, a má aplicação de planos urbanísticos desenvolvidos, legislação, políticas de ordenamento de território, os traços específicos da realidade da cidade de Luanda e a influência de hábitos de cultura rural, influenciam na forma de ocupação do espaço urbano e a expansão da cidade e das suas áreas periféricas, os *musseques* (Bettencourt, Andrea, 2001:1).

Os *musseques* com o seu carisma cultural e de vivência própria eram então caracterizados pela segregação racial no período colonial. Atualmente, não existe distinção de origem e raça, estão habitadas classes de baixa a muito baixa renda, e ainda aqueles que vivem num nível abaixo do limiar da pobreza.

A cidade de Luanda, com a superfície de 18.445 km², possui aproximadamente 6 milhões de habitantes. É a menor cidade angolana, sendo também a cidade com maior densidade populacional. Dos 6 milhões de habitantes, 4 milhões vivem em áreas informais, carentes de condições de habitabilidade: baixa higiene, traçado das ruas pouco definidos, oferta insuficiente de energia elétrica, onde muitos dos moradores praticam as “puxadas” (ligações clandestinas de cabos de eletricidade de modos a abastecer as suas casas, arriscando assim as suas vidas); abastecimento e rede de distribuição de águas

insuficiente, ausência de praças e espaços de lazer, ausência de espaços verdes, deficiência na recolha e eliminação de lixo.

Também devido a característica própria do solo, os *musseques* estão assentes em terrenos argilosos, e com a inexistência de redes de drenagem de águas, criam-se dificuldades na drenagem de água pluvial, gerando lagoas de água parada, geradoras de insectos e criando condições que afetam a saúde pública, especialmente crianças que encontram-se sempre à rua, muitas sem condições de atenderem ao ensino básico. Muitos dos assentamentos informais, encontram-se em áreas de risco: taludes acentuados, vales de drenagem natural, depressões, etc.

Os níveis de dependência dos agregados familiares nos *musseques*, em que apenas uma pessoa tem o rendimento, e da qual dependem seis ou mais membros; e a falta de infraestruturas e serviços básicos, relacionam-se com os níveis de pobreza na cidade de Luanda, e com as questões físicas de habitabilidade.

A sociedade em Angola possui discrepâncias socioeconómicas que vão refletir na cidade, marcando segregação social e espacial devido a colonização portuguesa e mais de trinta anos de guerra civil. Durante o período de guerra, Luanda oferecia melhores condições de sobrevivência, tornando-se refúgio para deslocados de guerra das dezoito províncias do país. Cerca de 80% da população de Luanda vive em áreas de *musseques* com condições de habitabilidade muito débeis e elevados níveis de pobreza.

Ocorreram em Luanda um quadro de acontecimentos estruturantes, juntamente com o crescimento acelerado da cidade, a luta pela independência contra o colonialismo português e a sua conquista em 1975, a adoção de uma economia de planificação centralizada nos primeiros anos dos novos governo; a guerra civil prolongada; a abertura a economia de mercado na segunda metade dos anos 1980, e o fim da guerra civil em Abril de 2002, conflito violento este que atingiu as áreas urbanas.

Condicionalismos estruturais em Angola como a riqueza em petróleo e diamantes, a história, as características territoriais e intervenções públicas e privadas, geram grandes situações peri-urbanas, de maior ou menor precariedade e urbanidade, e verifica-se uma disposição para o aumento da desigualdade sócio-espacial (Oppenheimer, Jochen, Raposo, Isabel, 2007:15).

A precariedade e a complexidade crescem no novo quadro de vida nas grandes urbes africanas, e são necessárias estratégias diversificadas por parte dos habitantes e todos intervenientes na cena urbana (Oppenheimer, Jochen, Raposo, Isabel, 2007:16).

Os constrangimentos estruturais que pesam sobre as áreas peri-urbanas de Luanda, a saber, transformações político-económicas, guerra e concentração urbana acelerada. Estratégias da população dos subúrbios para assegurar a sobrevivência, melhorar as condições de vida de habitação e inserção urbana. (Oppenheimer, Joche, Raposo, Isabel, 2007:16)

Com o crescimento urbano acelerado e não planificado, os bairros peri-urbanos densificam-se e expandem-se, e, com a falta da capacidade de intervenção pública, os problemas de infraestruturas e equipamentos agravam-se. Com a economia, o aumento da produtividade urbana e a presença dos grandes projetos, os espaços centrais adquirem o seu valor mercantil, e, com a sua saturação, a procura de solo urbanizado intensifica-se, pressionando a expansão da cidade de cimento para as áreas peri-urbanas contíguas e melhor situadas - assente na deslocação para a periferia das populações aí residentes mais desfavorecidas (por via da força das leis do mercado ou administrativa/compulsiva) - ou buscando na periferia novos terrenos de qualidade. (Oppenheimer, Joche, Raposo, Isabel, 2007:238)

Surgem assim o “plano de requalificação urbana” visando a sua reconversão para uso das classes dominantes.

Crescente privatização dos vários sectores económicos e sociais, e retração do papel do Estado, o desemprego no sector formal, a desqualificação da mão de obra, a deterioração de equipamentos e infra estruturas socioeconómicas e urbanas nos subúrbios, tornando-se factor de precarização das condições de vida. (Oppenheimer, Joche, Raposo, Isabel, 2007:19)

Os microssistemas económicos do bairro firmam-se nas atividades terciárias, principalmente no pequeno comércio informal, com pequenas concentrações de vendedores nas vias públicas ou à porta das habitações. E também alguma produção mercantil.

Houve maior tendência para a migração na expansão da capital, considerando a guerra civil como principal factor de intensificação do êxodo rural e de deslocação para a cidade. O grande aumento do afluxo de populações à capital, foi provocado pelo reinício da guerra em 1993 e sua intensificação em 1998, provocando a rotura total das condições de vida em particular nas áreas peri-urbanas da cidade.

O centro urbano atrai a população rural devido a falta de meios de subsistência e perspectivas de mobilidade social, o que impulsiona em direção aos centros urbanos,

centro que no centro urbano, resultam oportunidade de acesso a meios de sobrevivência, serviços públicos.

2.1. Favela: um antecedente

As favelas são territórios urbanos conotados como sinónimo de miséria, carência e marginalidade na sociedade brasileira. Com o retrato caricatural de serem ocupações ilegais em morros em inexistência de lei e ordem, espaços subequipados e local de concentração de pobres, analfabetos e criminosos. Local de habitações degradadas e precárias, ilegalmente construídas e destituídas de serviços urbanos – água, eletricidade, instalações sanitárias, pavimentação – e qualquer tipo de planeamento urbanístico. Sempre se considerou que as favelas estavam de acordo com um modelo idealizado de cidade. São apresentadas como lugar de privação, sem Estado, globalmente miserável e local de moradia das chamadas “classes perigosas”, e território privilegiado da violência urbana. Os moradores são vistos como marginais e acusados de serem coniventes com o tráfico de droga e outras atividades marginais (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:71).

Desde a sua génese, a favela tem sido definida como um problema. Esta surge do processo de urbanização no Brasil, designadamente nas suas grandes metrópoles. No contexto de uma crise habitacional na antiga capital federal, o Rio de Janeiro, onde o “cortiço”, que antes eram casarões, formavam a moradia popular, concentração de pessoas indesejáveis pela sociedade: marginais, meretrizes, etc... (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:72).

Iniciou-se um processo de segregação residencial onde a cidade passou a ser projetada de acordo com a localização de classe de cada grupo social. Pois residências mais prósperas e os cortiços dividiam as mesmas áreas da cidade, que por sua vez se vivia entre classes e de raças. Foram deitados abaixo os cortiços e os habitantes expulsos no âmbito da reforma urbana. Os habitantes, por sua vez, não foram viver nos subúrbios devido à maior distância em relação à cidade e custo dos transportes; partiram então para ocupar terrenos devolutos, sobretudo nas encostas e nos morros da cidade do Rio de Janeiro (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:73).



Fig.2. Morro da Providência, Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: <http://edisouza.blogspot.com/2010/04/>

A primeira favela foi, então, o Morro da Favela, atual “Morro Providência”, dando visibilidade a este tipo de ocupação do território.

Os cortiços eram substituídos na paisagem urbana, e as favelas tornavam-se o alvo de estigmatização, “lepra da estética”, um problema de saúde pública (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:75). Na época, a cidade era vista como um organismo vivo, onde as partes deveriam funcionar de forma racional e regulada. Sendo as favelas consideradas um caos, “obstáculos à marcha civilizada (ibidem:75), que precisavam ser erradicadas para o bom funcionamento do “ organismo urbano”. Os cidadãos eram vistos como pré-cidadãos, não entendidos pelo ângulo dos direitos, mas como almas carentes de uma “pedagogia civilizadora” que os preparasse para viver em sociedade (Cachado & Baía, 2012, p. 76).

Aquando do surgimento das primeiras associações de moradores, foi incentivada a vida associativa das favelas, e foram implementados serviços básicos como água, luz, esgotos e pavimentação. Mas no entanto, essas transformações não foram suficientes. E esta imagem hegemónica continua a ser um facto, devido a uma política habitacional articulada com iniciativas públicas mais amplas de geração de emprego e rendimento, pouca

ampliação do acesso à saúde, educação, cultura e justiça para os seus moradores. O aumento da violência nas favelas em função das disputas territoriais entre quadrilhas do tráfico de droga, a partir da década de 1980, reforçou o estigma sobre favelas, cujos moradores passam a ser vistos como “bandidos em potencial”. A imprensa e os órgãos estatais continuam a descrever as favelas, e os seus moradores, nos mesmos moldes, considerando-os um “aglomerado subnormal” (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:86).

A abertura democrática brasileira criou novas possibilidades onde os moradores das favelas pudessem afirmar-se na cidade. Permitiu que se iniciasse um processo de urbanização, e abriu caminho para que organizações (estatais e privadas) pudessem atuar de forma mais eficaz, ampliando serviços e oportunidades para os seus moradores.

Essas dinâmicas contribuem para uma nova concentração do urbano, em que a favela não estaria a “cercar” a “cidade civilizada”, mas integrar-se nela. Os residentes da cidade atual, refundam o espaço público através de expressões artísticas, culturais e desportivas, na tentativa de reivindicar o seu direito à cidade (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:87).

2.2. O bairro Talude Militar: uma realidade incontornável

O bairro Talude Militar (localizado no extremo sul de Unhos, freguesia de Loures), surge também do crescimento urbano e a emergência dos novos modos de vida urbanos. A arquitetura ilegal ou clandestina, representa também uma realidade incontornável no panorama do habitat construído em Portugal.

É verdade que a sociedade mudou e com ela mudaram também as cidades. A transformação na economia e globalização, geraram mudanças nos estilos urbanos de vida, deixando o sistema urbano baseado na tensão entre centro e periferia de refletir o modelo de cidade atual. A cidade de hoje não se cria em redor de um único centro, mas sim mediante polaridades múltiplas e cada vez mais dissociadas. Originando profundas transformações demográficas, sociais e culturais (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:58).

Cerca de 20% da população residente em Portugal (representando 800 mil famílias vivendo abaixo do limiar de pobreza) não têm condições de acesso a uma casa sem apoio público (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:59).

Aproximadamente 73 mil habitantes do concelho de Loures vivem em habitações ilegais. O nome do bairro, Talude Militar, tem origem na Estrada Militar construída entre 1863 e 1902, interligando vários fortes e outros dispositivos de defesa integrados no Campo Entrincheirado de Lisboa. Com a expansão urbana, vários pontos da estrada foram sendo interrompidos; destes, a implantação do mesmo bairro, passando a estar abandonado (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:61).



Fig.3. Bairro Talude Militar, Lisboa, Portugal. Fonte: <https://www.publico.pt/2015/12/27/sociedade/noticia/cultivar-a-terra-para-pertencer-a-terra-1718163>

De génese ilegal, o bairro desenvolve-se numa extensão de 1,5 quilómetros, sendo constituído por 148 casas. De construção iniciada no início da década de 1970, desenvolvendo-se até 1993, passou a ser monitorizado pela Câmara Municipal de forma a impedir o seu crescimento. Cerca de 550 pessoas residem no bairro, sendo mais 90% naturais de Cabo Verde. A chegada dos primeiros habitantes ao Talude Militar coincide com a primeira vaga de imigrantes cabo-verdianos, para colmatar a falta de mão de obra

pouco especializada, devido à guerra colonial no domínio das obras públicas, ainda antes da Revolução de Abril (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:62).

A envolvente próxima do bairro ainda é rural, embora em volta por territórios urbanizados. As hortas tomam lugar de equipamentos coletivos, com função recreativa, tornando-se num espaço privilegiado de socialização. Embora divididas em espaços privados, murados e trancados, nestes espaços dão-se encontros entre os vizinhos: troca de sementes e conversa sobre a colheita. As hortas servem também de complemento do orçamento familiar em géneros agrícolas, sendo que o resultado desta atividade é destinada ao consumo pelos próprios familiares chegados (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:64).

Nos bairros informais, o fenómeno de produção do próprio habitat tem uma forma de vida particular. O envolvimento absoluto em todo o processo da autoconstrução (desde a mobilização de amigos e familiares para construir, ao projeto em si) resulta numa ligação afetiva ainda mais forte relativamente ao objeto construído. A casa torna-se num laboratório em constante mutação, sendo a casa parte do que cada um é (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:63).

Neste caso, não se trata de um bairro de lata, já que as casas são de alvenaria, apesar do aspecto inacabado da maior parte dos edifícios. O bairro não possui saneamento básico e é marcado pela ausência de pavimentação das vias e pela inexistência de equipamentos coletivos complementares (ibidem:63)

Os equipamentos de utilização coletiva são elementos-chave no planeamento e ordenamento do território, essenciais à estruturação e socialização dos espaços urbanos.

Há uma necessidade de organização e regulamentação para as prioridades mais básicas (água, luz, acessos).

Apesar das condições de alojamento, os habitantes cultivam um processo identitário em relação ao Talude Militar, dando valor às relações familiares e de vizinhança, que se traduz na entreatajuda entre indivíduos que convivem com os mesmos obstáculos e dificuldades. Sendo assim, uma estratégia de defesa face a uma sociedade que é muita das vezes adversa. Muitos dos moradores excluem o realojamento em outros bairros e noutros locais.

A condição urbana atualmente atua justificando uma abordagem diferente ao conceito de realojamento. Mais do que fazer “habitação social”, as políticas habitacionais mais recentes visam ser mais inclusivas, abrangentes, associando-se a políticas de

desenvolvimento social urbano. Criando-se estratégias de intervenção que seguem abordagens mais flexíveis e participativas (Cachado, Rita Ávila, Baía, João, 2012:69).

A construção informal não se encontra presente apenas nos bairros precários mas também noutros fenómenos que surgem de raiz e que deverão ser devidamente equacionados.



Fig.4. Horta presente no Bairro Talude Militar, Lisboa, Portugal. Fonte: <https://www.publico.pt/2015/12/27/sociedade/noticia/cultivar-a-terra-para-pertencer-a-terra-1718163>

A situação de cada bairro é particular, mas apresenta-se como “assentamentos” informais de condições precárias de habitabilidade associadas a questões sociais, de origem ímpar, enquadradas cada uma ao seu contexto histórico e cultural específico, apontando para estratégias de ação também específicas, especialmente no caso de área informal num país em desenvolvimento, isto tratando-se dos *musseques*.

3. O musseque da Terra Nova

3.1. Luanda: breve notícia sobre a evolução da morfologia urbana

São 5: 30 horas e o bairro se levanta. É manhã de segunda-feira. O som dos galos desperta, que se mistura com o som do “está aqui o pão” da zungueira que dança ao som da buzina do comboio que se aproxima da estação. As donas de casa limpam os quintais e entradas, as crianças pintam as ruas de branco à caminho da escola, o jovem trabalhador traja o terno e de mochila às costas prepara o dinheiro para o candongueiro, quem tem carro já se encontra na via, com paciência, enfrenta o trânsito ao som da rádio Luanda, com os últimos desastres da madrugada. Abrem-se as cantinas do mamadou, a bancada do sapateiro, as instituições públicas e a micro empresa à porta, é bom dia na Terra-Nova. [testemunho da autora]

Para compreender a génese da cidade de Luanda, José Manuel Fernandes na sua obra, *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa* (2005), relata que no início do século XIX, a cidade de Luanda iniciou a sua implantação ao longo da baía. Com 5.600 habitantes em 1846, a estrutura da cidade apresentava o modo tradicional da *cidade portuguesa de expansão*, com carácter defensivo e comercial. A cidade dividia-se entre parte “Alta” e parte “Baixa” como que num anfiteatro, com separação física marcada por desnível acentuado entre os dois sectores. Na Cidade Alta, encontravam-se os principais representantes militares, civis e religiosos à volta de uma vasta praça. Como exemplo, a fortaleza de São Miguel, a Sé, a Casa de Câmara e Cadeia, Palácio dos Governadores, Tribunal e Junta da Real Fazenda, e ainda a Imprensa Nacional, o cemitério do Alto das Cruzes aberto em 1848, a Igreja e Hospital da Misericórdia, e algumas igrejas e o Tribunal Militar. A Cidade Baixa destinava-se à zona comercial, com três arruamentos estruturantes, onde a rua direita é o eixo fundamental, à semelhança da cidade portuguesa de origem medievo-renascentista, de onde parte a sequência de largos e vias, que constituem as principais funções da Baixa.

No início do século XX, a cidade ganha, em planta, a forma triangular, com a Cidade Alta e a Cidade Baixa, e uma nova zona de expansão das Ingombotas. A cidade de Luanda possuía 15.000 habitantes em 1910. Surgem novos usos na Cidade Alta, com aproveitamento de edifícios antigos, como por exemplo, o Tribunal da Relação, a Torre do Observatório, a Procuradoria da República, o Tribunal Militar. E surge também a ferrovia que permite a ligação mecânica entre a *Baixa portuária* e a *Alta institucional*, gerando bairros como o do Maculusso e o da Maianga. Novos equipamentos surgem também na Baixa de Luanda: o Liceu Salvador Correia (atualmente *Mutu Ya Kevela*), quartel dos bombeiros, correios, telefones e telegramas, comissariado da polícia e outros. Previa-se

já o aproveitamento dos morros da Cidade Alta para edificar o bairro dos Coqueiros e implantação de um parque desportivo, com estádio.

Os bairros mais nobres, como o Maculusso e Maianga, surgem próximo da Baixa, e estas construções fizeram-se acompanhar de edifícios de utilidade pública como escolas, hospitais, livrarias. Com o início do “Estado Novo” em Portugal, as cidades sofreram um processo de “fascização” que se reflete também na arquitetura, com edifícios “duros”, com demonstração de poder, marcando fortemente a paisagem urbana. Neste período, surge para uma outra classe social, tanto em Portugal como em Angola, a necessidade da construção da habitação social nos arredores das cidades, com vivendas em banda, em bairros como o Bairro Popular, o bairro da Terra-Nova, isto na capital angolana. Com construções de alguma qualidade, e particularismos espaciais, definiram o modo de viver numa casa angolana, com quintal vasto, e área em espaços comuns, ao contrário da vida na Baixa que era mais metropolitana e até cosmopolita.

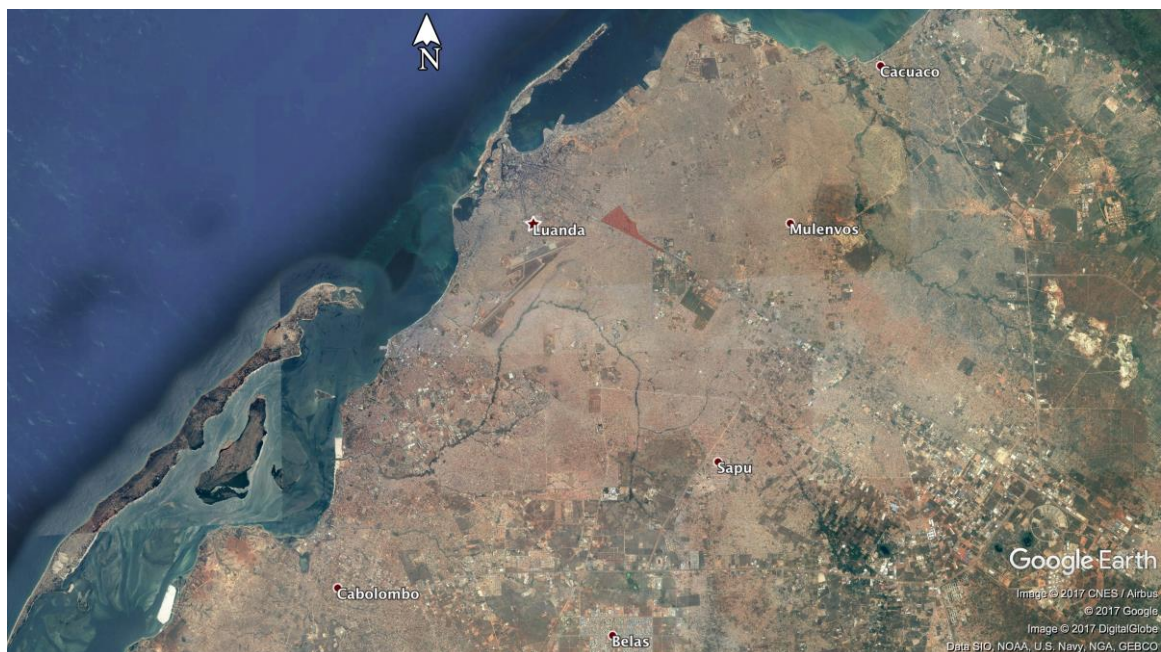


Fig.5. Vista aérea sobre a cidade de Luanda com indicação do bairro da Terra-Nova. Fonte: Google Earth

3.2. Terra Nova: de unidade de vizinhança à atualidade

Terra Nova é um bairro que se encontra localizado a sudoeste da cidade de Luanda, a 6 km do centro da cidade. Pertence ao distrito do Rangel, e também ao município de Luanda, entre o Bairro Popular, o Bairro das Cês, o Bairro da Comissão do Rangel, o Bairro Palanca e o Bairro da Madeira. Tem a dimensão de 92 hectares, e encontra-se delimitado por vias arteriais da cidade, o que se enquadra no terceiro princípio da unidade de vizinhança – clara definição de Limites - a Avenida Deolinda Rodrigues a Sul, também conhecida por Estrada de Catete, uma das principais vias da cidade Capital que liga o centro urbano à cidade de Catete na província vizinha do Bengo; a Norte, está limitada pela antiga Avenida Brasil, agora Avenida Hoji ya Henda, que também parte do centro urbano e termina na estação de caminhos-de-ferro, Imbondeiro do Cazenga. Estas duas vias de circulação rápida, dão acesso ao musseque da Terra-Nova, bem como às respectivas vias de circulação interna, o que apuramos aqui como uma unidade de vizinhança.

O bairro foi construído na era colonial, na sequência de programas públicos e iniciativa de entidades privadas, de habitação social para funcionários e operários de baixa e média renda, datado nos anos 1972 à 1974. As residências eram destinadas a classe trabalhadora negra e famílias brancas mais pobres. Inicialmente o seu traçado era regular, as casas alinhadas, mas ainda assim com baixo nível de infraestruturas.

O bairro da Terra Nova foi identificado como unidade de vizinhança nos seus registos primários, contendo proposta de mercado, escola, igreja, espaço desportivo, além das habitações. No plano da sua génese, ainda da época colonial, o bairro foi destinado a funcionários portugueses, mas serviu de apoio à criação de habitação para a população afetada por falta de alojamento vinda de outros bairros. Uma outra parte foi sendo vendida a pessoas interessadas, integrando assim uma lógica de mercado a qual foi dado os primeiros passos no pós-independência.

O bairro de forma triangular, apresenta uma malha urbana ortogonal numa parte da sua extensão, e nalgumas zonas, o traçado é não regular, de surgimento ulterior a sua génese.

Trata-se de um bairro que sofreu transformações com a saída da população portuguesa após a Independência em 1975, e o êxodo da população rural do interior para a capital

durante a guerra civil (1975-2002); tal implicou mudanças na sua ocupação, e desta feita, alterações no carácter do próprio bairro com a mistura de culturas e a própria instabilidade em que o país se encontrava.

O seu uso predominante é a habitação, sendo estas, ainda maioritariamente em tijolo com cobertura de zinco e fibrocimento. Há também destaque para o comércio doméstico, zona reservada a serviços de venda, e ainda duas escolas, ambas de ensino básico, uma delas incluindo também o ensino secundário, um centro médico, uma igreja, um lar da terceira idade e o posto de Serviços de Investigação Criminal. De frisar também, que o bairro encontra-se em vizinhança frontal, e de presença assinalável, com o cemitério Santana, no Bairro Popular. Também importante referir a presença marcante do Mercado dos Congolenses a Noroeste, e o Mercado informal das “Pedrinhas” no início da Rua Henrique Gago da Graça, havendo assim um grande volume de fluência de população para os limites do bairro. O que contribui para respectiva densidade populacional de índice elevado.

A sua população é resultante do remanescente de cidadãos portugueses, e também de população migrante de outras regiões do país devido à guerra civil.

Os registos primários do bairro, apontam também como sendo o “Muceque da Terra-Nova”. Esta herança colonial de segregação social, e havendo falta de condições de habitabilidade, enfrenta problemas como: a oferta insuficiente de energia; abastecimento e rede de distribuição de águas insuficiente; inexistência de espaço público e espaços de lazer; ausência de espaços verdes; deficiência na recolha e eliminação de resíduos e detritos; falta de redes de drenagem de águas, dificultando em grande modo a circulação na estação chuvosa (Setembro á Junho). Estes problemas traduzem a deficiência na qualidade de vida para os habitantes e leva-nos diretamente a uma necessidade de requalificação manifesta e urgente.



Fig.6. Falta de saneamento básico e cabos elétricos expostos no bairro da Terra-Nova (imagens de autor, 2018)

Depois da Independência, com a saída de população portuguesa de Angola para Portugal, consequentemente, depois da própria independência, deixou de se construir este tipo de bairros, chamados bairros populares, e os existentes atingiram tamanha densificação e degradação que se assemelham aos atuais *musseques* informais. O que distingue estes bairros dos *musseques* é a sua localização, sobretudo no que se refere a maior proximidade do centro urbano; refletindo-se em níveis de pobreza mais baixos em comparação com outros *musseques*; um agregado familiar menor; e numa menor dificuldade de acessos a serviços e transportes. São exemplo, os bairros populares do Kilamba Kiaxi, São Paulo, Marçal e o Rangel. Deve-se ao planeamento destes bairros populares contrariamente a habitação clandestina verificada nos *musseques*; a sua localização em proximidade ao centro urbano, e sendo que foram ocupados numa primeira fase por uma classe social trabalhadora do estado que já detinha algum poder económico, isto influenciou de certa forma a posterior ocupação pela população de outras partes do país, na forma de viver e habitar o bairro. Sendo que após a independência, estas zonas sofreram de um crescimento mais livre, levando a densificação e degradação.



Fig.7. Proposta para do bairro da Terra Nova. Fonte: ipgul: CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 1972

- Parque Infantil com creche e Jardim Escola
- Zona Desportiva
- Mercado
- Complexo Deportivo
- Espaços Verdes

Com base na pesquisa documental efetuada, verifica-se que no plano de homologação presente ao Governador-Geral em 1970, o bairro é apresentado como zona residencial económica do *muçequ* da Terra-Nova, considerada como zona residencial Económica Hla, denominação do ordenamento central. Sendo uma área sensivelmente triangular e como limite a Rua D. João I, a Rua dos Açores e uma paralela à Estrada de Catete que separa esta área da zona industrial condicionada situada em frente ao cemitério novo (Cemitério Santana), trata-se de um enclave localizado entre a zona afectada pela Praça das Gares, e respectivos acessos, e a Rua dos Açores, formando o chamado bairro da Terra-Nova. Possuía um talhamento aproveitado no máximo possível dos limites do parcelamento do terreno. O aproveitamento do terreno foi estudado por quarteirões, juntamente com os pedidos de construção. Sendo que na altura, com uma área de 51,95

ha, agregou três unidades de vizinhança com os n.ºs 8, 24 e 25, com previsão para cerca de 6.000 habitantes aproximadamente e densidade populacional de cento e dezassete habitantes por hectares, cento e cinquenta alojamentos, e densidade de alojamentos de vinte e oito habitantes por hectares.

Como equipamentos colectivos: além do comércio local, a igreja com capacidade para mil e duzentos fiéis, zona desportiva (com campo de futebol), escola com capacidade para seiscentos alunos de ambos os sexos e clube desportivo. Foram ainda previstos um mercado, um parque infantil, uma creche com capacidade para quatrocentos e oitenta crianças e jardim-escola para quinhentos e setenta alunos, que atualmente não traduz a verdade dos factos.

O bairro foi organizado por uma zona central com os equipamentos colectivos e outra zona residencial económica com áreas de comércio local nelas integradas. A zona residencial unifamiliar económica possui um número máximo de 2 pisos. Os edifícios públicos seriam então o parque infantil, creche e jardim-escola bem como a igreja (Instituto de planeamento e gestão urbana de Luanda: Câmara municipal de Luanda 23/01/1970 informação de n.º 24/70, assinada pelo arquiteto chefe da 8ª repartição Fernando Alfredo Pereira).

O terreno é praticamente plano e não existem alinhamentos visuais a considerar. O clima é de acordo com as características gerais do clima da cidade; tropical, quente e húmido; temperatura média anual de vinte e quatro graus centígrados, possuindo temperaturas mais elevadas em Fevereiro, Março e Abril e as mais baixas em Julho e Agosto. A média diária do sol a descoberto é de seis horas e meia, aproximadamente. Água, energia elétrica e esgoto, fizeram parte das intenções de projeto, o que não se verifica atualmente estando o seu bom funcionamento comprometido.

Vias de circulação foram planeadas com mil e quinhentos; dez e oito metros (para pequenas ligações internas). O estacionamento, atendendo às características económicas da unidade, foi pensado de modo que este fosse feito ao longo das vias de circulação e próximo do centro do equipamento colectivo. As unidades foram divididas em duas zonas distintas: zona residencial unifamiliar (residências em banda contínuas com o máximo de 2 pisos ou residências isoladas com igual número de pisos).

A cota máxima dos edifícios foi determinada pela aplicação do regulamento geral das edificações urbanas. As construções quer de carácter residencial, quer de carácter público, formariam um todo harmónico. A profundidade máxima da construção, descontando as varandas, ou elementos de proteção é de treze metros.

Inicialmente, existiam muros de vedação anteriores, não podendo ter mais de um metro de altura com quarenta centímetros máximo de espaçamento fechado. O que se verifica atualmente são portões altos, e toda a frente das habitações fechada, ao passo que anteriormente os muros laterais e posteriores de vedação subiam apenas até aos um metro e vinte centímetros de altura.

Os estabelecimentos comerciais poderiam conter além das lojas propriamente ditas as sobrelojas. Os pés-direitos destes estabelecimentos seriam os previstos no regulamento geral das edificações urbanas, ou em casos especiais, os indicados pelas entidades administrativas e técnicas. Os estabelecimentos que possuíssem sobrelojas teriam o pé-direito máximo de cinco metros e vinte centímetros “In Memória descritiva pelo arquiteto Hugo de Carvalho para aprovação das unidades de vizinhança nº 24 e 25, Muçequê Terra-Nova 23.01.1970”.

Cada terreno situado numa zona residencial unifamiliar económica, destinava-se a habitação deste tipo e eram assim os afastamentos: anterior - quatro metros; Lateral direito - definido pelo alinhamento a respeitar pelas empenas dos blocos previstos no quarteirão a sudoeste e Lateral esquerdo - adossado ao limite comum; Posterior - seis metros, mínimo.

A profundidade da construção incluindo elementos de proteção solar, era definida pelos afastamentos a respeitar, não podendo contudo ultrapassar os dezasseis metros. Os acessos verticais foram integrados no volume da construção. “In Instituto de planeamento e gestão urbana de Luanda: *Câmara municipal de Luanda* 13/02/1970 informação de nº 105, assinada pelo arquiteto chefe da 8ª repartição Fernando Alfredo Pereira; in “Instituto de planeamento e gestão urbana de Luanda: *Câmara municipal de Luanda* 13/02/1970 13/02/1970 requerimento nº 6806/72 de Emília de Jesus Pinto dos Santos Garcia, assinada pelo arquiteto chefe da 8ª repartição Fernando Alfredo Pereira”



Fig.8. Vista da fachada das habitações no bairro da Terra-Nova (imagens de autor, 2018)

As habitações são maioritariamente de tijolo, com dois pisos, sendo a fachada marcada por vãos e grades trabalhadas; os muros baixos foram substituídos por portões de ferro e toda a casa volta-se para dentro. Os habitantes de classe média possuem os ar condicionados, os carros às portas e a precariedade do portão para fora.



Fig.9. Vista da fachada das habitações no bairro da Terra-Nova (imagens de autor, 2018)

Ainda dentro do bairro, encontra-se outro registo de habitabilidade, respeitando a população mais próximo do limiar da pobreza, com habitações mais precárias: habitações

com blocos de cimento, que se mistura com chapas de alumínio, pedaços de madeira que vão sendo respigados na rua, sem reboco, as coberturas também em chapas de alumínio, assegurados por pedras. Aponta-se para uma ocupação mais posterior à Independência cuja estabilidade é resultado da necessidade de habitação de população deslocada da terra, o que mais se fez sentir no interior do país.



Fig.10. Mapa com indicação dos usos predominantes no bairro da Terra-Nova (imagem de autor, 2018)



Atualmente, o uso predominante no bairro é a habitação, seguindo-se os serviços, que são zonas destinadas a comércio e outras formas de negócio, e ainda os edifícios públicos que são as escolas do ensino básico, a igreja católica de Cristo Rei, o lar da terceira idade “Beiral”, o centro médico da Terra-Nova “Beiral”, e o vazio urbano que esventra a zona central do bairro.

Há uma forte presença do comércio informal, à porta de casa, e ambulante, incentivado pela presença do mercado dos Congolenses à Oeste do bairro, e pela necessidade de uma fonte de rendimento adicional por parte dos habitantes. As habitações passam a ganhar novos usos.



Fig.11. As habitações ganham novos usos de acordo a necessidade do habitante (imagem de autor, 2018)

De acordo com a necessidade do habitante, as habitações ganham outras utilidades, tais como de centro médico privado, ou pequenas mercearias chamadas “cantinas do mamadou”, em que os espaços são cedidos a cidadãos estrangeiros da África Ocidental como o Mali e o Senegal.



Fig.12. Fachada reabilitada por morador e sistema elétrico exposto (imagem de autor, 2018)

Consoante o nível de crescimento do rendimento, cada morador vê-se livre de reabilitar as suas habitações a seu gosto. Na imagem anterior, (à esquerda vemos o contraste das

duas fachadas, a primeira já bastante diferenciada do que seriam as imagens primeiras com muros baixos, agora com acréscimo de caixilharia de alumínio na janela, mas ainda marcantes os vãos, e azulejos, em contraste com uso de pedra e vãos reduzidos, apontando a vida mais interior que o bairro revela.

3.3. Limites / Barreira

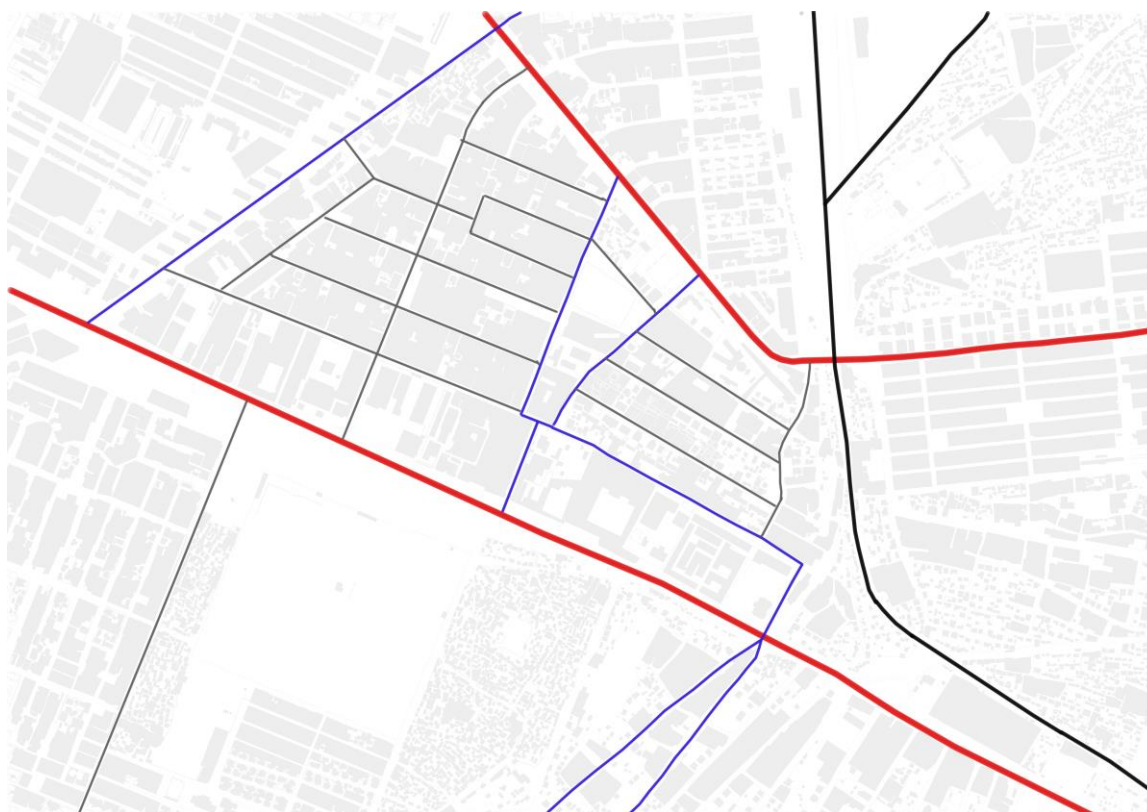


Fig.13. Esquemática da rede viária. (imagem de autor, 2018)

- Vias arteriais
- Vias secundárias
- Ruas
- Ferrovia

O bairro é marcado pelas principais vias da cidade, a Avenida Brasil, atualmente Avenida Hoji ya Henda, e a Avenida Deolinda Rodrigues, comumente chamada de Estrada de Catete, fazendo ligação do centro urbano a Catete, uma cidade e comuna do município do Icolo e Bengo, agora pertencente a província de Luanda, anteriormente pertencente a província do Bengo, que faz fronteira com o limite nascente da província de Luanda.

Estas vias arteriais, configuram-se de tal modo, gerando uma percepção de compressão no bairro. Pois estas fazem com que o bairro retome um local de passagem, de atravessamento para as diferentes zonas envolventes, sendo que se encontra localizado no centro territorial da cidade de Luanda.

Existem também vias internas do bairro, vias terciárias que se têm convertido em vias secundárias com o fluxo de viaturas que cortam o bairro, esquivando-se do trânsito intenso que se verifica nas vias arteriais. Marca-se também a presença do comboio através do qual afluí a população e que liga vários pontos da cidade, desde a Baixa à periferia.



Fig.14. Vias que limitam o bairro e o grande fluxo de pessoas e viaturas (imagem de autor, 2018)

3.4. Vivências

Falar de *musseque* é falar de vivência. As ruas são a extensão da casa, prolongamentos da vida no lar, é multicultural entre as diversas origens dentro do território nacional, e angariam ainda presença de cidadãos estrangeiros nomeadamente do Mali, Senegal e Congo Democrático, com o seu comércio de “cantinas”, estabelecimentos comerciais com produtos diversos, não livres de restrições culturais de âmbito religioso. Estes, mesclam-se as outras culturas nacionais que se firmaram no bairro. Há uma solidariedade muito grande por parte dos residentes, apesar de possuírem tão pouco, face aos níveis de carência de que sofrem. O comércio é uma das escolhas para aumentar a renda familiar, as opções de venda são assim bebidas alcoólicas, produtos diversos e legumes.

A solidariedade é característica no bairro e é visível na vivência entre moradores a qual se traduz na relação afetiva e de familiaridade, na partilha de ingredientes de subsistência, como o sal, açúcar, óleo; convites para convívio entre vizinhos, os jogos na rua como o caso do basquetebol, onde são instalados cestos nas árvores para a prática da atividade desportiva, o futebol, muita das vezes com bolas feitas com sacos plásticos, ou mesmo jogos mais regionais como o “35 vitória”, as “escondidas” ao qual as próprias casas e becos servem de cenário. As crianças reúnem-se em casas uns dos outros para brincar, quando não acontece na rua, e após a brincadeira, regressam para as respectivas moradias. Na falta de água por todo o bairro, há uma solidariedade por parte de quem não sofreu o corte em partilhar com o outros vizinhos, e estes partem com os seus baldes a encher e levar para as suas habitações. Inclusive, são feitos empréstimos de combustível como gasóleo ou gasolina em situações de falta de luz elétrica, para serem ligados geradores, que algumas das casas possuem, ou mesmo fornecimento de luz por parte destas casas a outras que não possuam. Há solidariedade em situações de óbito, gerando-se um maior silêncio face ao luto, evitando-se música alta, havendo empréstimos de cadeiras para serem recebidos os familiares enlutados.

Há também solidariedade face a educação infanto-juvenil, não sendo apenas tarefa para os pais, mas ainda responsabilidade de todos os vizinhos. Até mesmo contribuições monetárias para realização de convívios de passagem de ano e embelezamento da rua, o Bairro da Terra Nova permite que tudo isto seja possível.

Na loja do Lourenço, situada no bairro do Caputo, no prolongamento da rua do Alentejo, uma rua do bairro da Terra Nova, e a caminho da loja do Soeiro, havia no pátio uma pequena mesa de madeira, que também servia para grandes suecadas e até para jogar à lerpa, um jogo ilegal que obrigava os adultos a estarem atentos à ronda da PSP de Luanda. Mas quando o chefe da dita também jogava, não havia problema, não havia “maka” (confusão)!

No pátio, também havia uns matraquilhos, onde a rapaziada disputava animadas partidas de futebol de mesa, com 7 bolas, por 1 escudo (agora, meio cêntimo!). Porto, Sporting, Benfica e Belenenses eram as equipas que “jogavam”, conforme os matraquilhos iam sendo substituídos por outros, devido ao “cansaço” de tantos jogos!

Quando a D. Margarida, a esposa do senhor Lourenço, não estava atenta, a malta levantava os matraquilhos, de lado, e lá saíam as bolas para mais uma partidinha, à borla, sem moeda na ranhura. Quando éramos apanhados, ouvíamos das boas, com ameaça de queixas aos nossos pais. Mas, de tão bondosa que era, a D. Margarida nunca cumpriu essas ameaças! [testemunho de Joaquim Castro, 2014, morador entre 1959 e 1975]

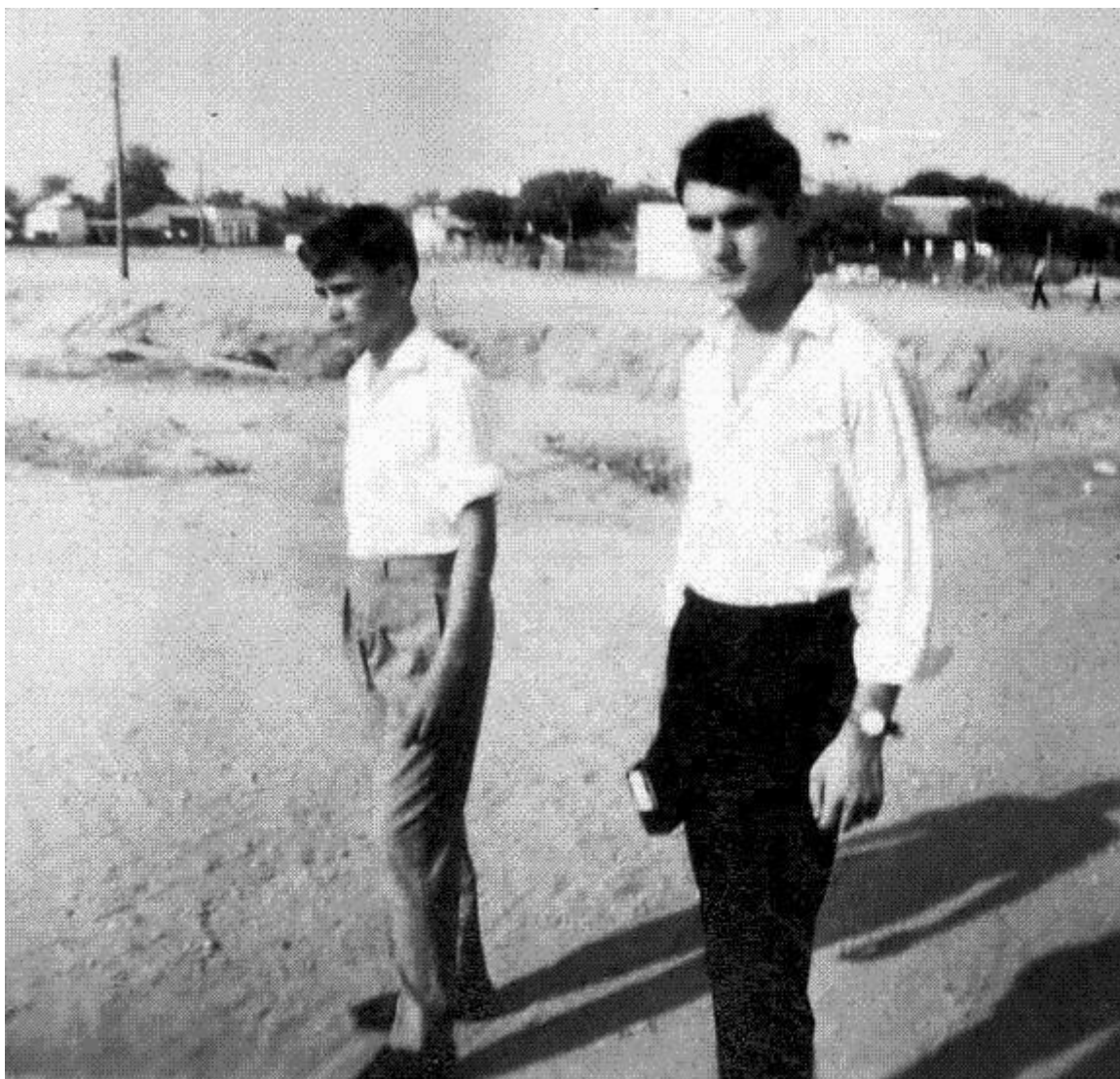


Fig.15. Dois irmãos, moradores do bairro da Terra Nova. Na rua do Alentejo (considerada pela fonte, como sendo a principal rua do bairro). A fundo da imagem, reconhece-se a famosa vala da Terra Nova que possuía alguns km de extensão. (Luanda, 1960. Fonte: Joaquim Castro, antigo morador. À direita)

Mas o maior palco de jogos, era o grande largo em frente à referida loja do Lourenço, atravessado pela rua de Díli. Era um largo de areia fina e escura, que servia para jogar o que agora se chama futebol de praia. Era jogado de pé descalço (quem estivesse calçado tinha de tirar os sapatos) e sem camisa, para não a sujar e a mãe não ralhar. A rua de Díli servia de meio-campo, e as balizas, coladas aos muros, eram feitas de pedras ou de areia amontoada. As equipas eram formadas por todos os presentes, dos 10 aos 18 anos, cujos capitães, os mais velhos, iam escolhendo os melhores, à vez à vez, e eram muitos. Todos podiam jogar à baliza, ao meio-campo, ao ataque, sempre sem árbitro. Para quê, se nós éramos todos árbitros? Por vezes, uma equipa jogava com menos um, devido ao número ímpar de jogadores. Mas, ao intervalo, um de nós mudava-se para o adversário. [testemunho de Joaquim Castro, 2014, morador entre 1959 e 1975]

3.5. Tensões Sociais

Há uma necessidade no ser humano de preservar a independência e a individualidade, contra a sociedade, contra a herança histórica, tecnicidade e cultura da vida contemporânea. O que promove a sua individualidade, tornando-o único e indispensável, torna-o ao mesmo tempo dependente da atividade complementar de outros. “A individualidade metropolitana é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos” (Simmel, Georg, 2001:31)

A metrópole promove condições psicológicas contrastantes, as diferenças existentes entre as sensações do momento e as precedentes, diferenças existentes em tudo o que é visto de relance e o carácter inesperado dos estímulos intensos (Simmel, Georg, 2001:32).

A vida rural traduz um fluir sensorial mais lento, mais familiar, e mais tranquilo, ou seja, mais emocional. Enquanto que a vida metropolitana traduz um carácter essencialmente racional, que se revela pela qualidade intelectualista, uma proteção da vida interior face à influência da metrópole.

A metrópole como sede da economia monetária, está diretamente ligada ao domínio do intelecto, que requer uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas. O indivíduo metropolitano, racional, revela-se numa justiça formal e indiferença implacável, que converte as relações em números, revela interesses quando vistas em termos objectivos. Diferente das relações emocionais que baseiam-se na individualidade (Simmel, Georg, 2001:32-33).

Na metrópole, predominam os interesses de cada um numa dimensão de incontornável objectivismo, uma economia egoísta, sem desvio da imponderabilidade das relações pessoais, que é o caso da vida rural (Simmel, Georg, 2001:33).

A metrópole reúne uma aglomeração de pessoas com interesses diferenciados, as suas relações e atividades interlaçam-se umas com as outras num único organismo multifacetado que resulta em várias e complexas preocupações, e levando ao caos (Simmel, Georg, 2001:35) .

Tensões são oposições internas, manifestas ou latentes numa realidade humana, uma situação de conflito ou de crise, a atitude mental das pessoas umas com as outras e com a envolvente.

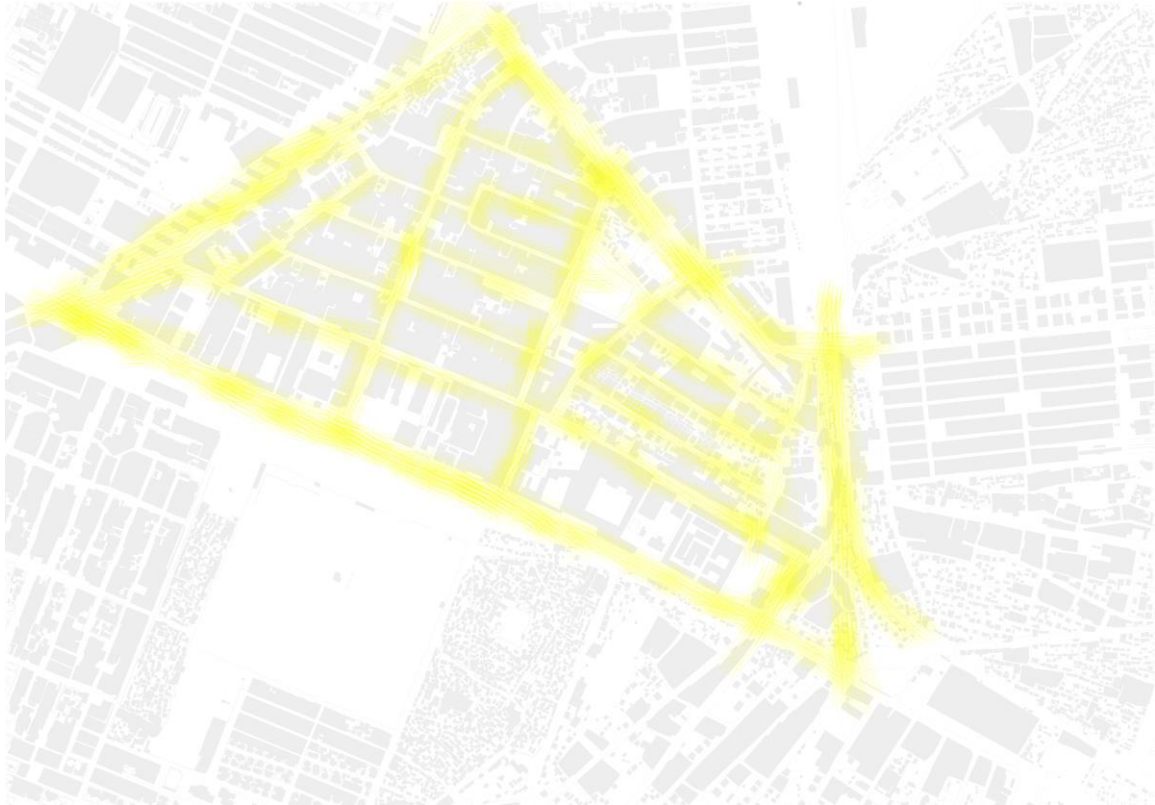


Fig.16. Nível de tensão social 1 – Atitude Blasé (imagem de autor, 2018)

Existe uma presença marcante de tensão por todo o bairro, em estado que podemos identificar como nível de tensão social 1 “atitude blasé”, a incapacidade de reagir a novos estímulos, como consequência dos estímulos nervosos (Simmel, 2001:35), onde há uma postura de indiferença do indivíduo frente aos inúmeros acontecimentos quotidianos e a interação com os outros.

Dá-se também, a indiferença perante a distinções entre as coisas, ou seja, a não percepção das coisas como significantes o que provém do extenuar da economia monetária. O dinheiro reduz a essência das coisas, seu valor e singularidade. Apenas a quantidade as distingue. A metrópole como lugar privilegiado do comércio, mercantiliza o valor das coisas (Simmel, Georg, 2001:35).

A transformação das atividades económicas e empresariais, dando relevo ao sector informal nas zonas peri-urbanas, é um dos diferentes níveis de análise da concentração urbana acelerada em Luanda.

Há que dominar os conflitos internos, e reduzir as intervenções exteriores, fazendo simultaneamente convergir na cidade as vantagens financeiras (Jabobs, Jane, 2000:130).



Fig.17. Nível de tensão social 2 – Atitude de Reserva, distância e indiferença (imagem de autor, 2018)

Acompanhando ainda o pensamento de George Simmel, a seguir verifica-se o segundo nível de tensão social, uma “atitude de reserva, distância e indiferença” em que se evitam contactos indesejados. “Na metrópole, a atitude mental das pessoas, umas com as outras, pode ser tida como sendo, formalmente, uma atitude de reserva.” Perante os vizinhos, relação de distância e indiferença, antipatia, mútuo estranhamento e aversão, distanciação e depreciação, que pode levar a repulsa e conflito. (Simmel, Georg, 2001:36)

A cidade é o lugar de transmissão de uma dinâmica, lugar de articulação entre atores.

A forma como se constitui e se usa o espaço, minimiza os conflitos nos lugares de coexistência.

A ausência de interações impostas resulta – quando há uma certa disponibilidade de espaço – na separação espacial dos elementos que poderiam estar em relações conflituais. A procura de formas diversas de compromisso de coexistência que permitem

fazer com que o espaço quotidiano não seja um lugar de tensões constantes (Jabobs, Jane, 2000:131).



Fig.18. Nível de tensão social 3 – Antipatia, mútuo estranhamento e aversão (imagem de autor, 2018)

À medida que nos aproximamos dos limites, verificamos um terceiro nível de tensão social, “antipatia, mútuo estranhamento e aversão”,

A escala de vida do bairro requer a existência de um sentimento de segurança, consoante os meios sociais. Tudo o que manifesta o interconhecimento dos habitantes: a passagem frequente de pessoas conhecidas é normalmente sentida como indicador positivo de presença e como o garante de trocas potenciais, o usar a própria rua enquanto lugar de descanso e relaxamento. O mesmo não se dá em bairros onde residam população de classe superior, para as quais a rua está negativamente conotada e para as quais os vizinhos são tanto mais apreciados quanto permanecem relativamente anónimos e não procurarem contacto. Experimenta-se o sentimento de segurança, a identidade associada ao bairro pode ver-se abalada pela progressiva infiltração de pessoas que introduzem elementos heterogéneos num espaço para onde as leva a sua mobilidade espacial individual. A cidade favorece uma percepção em termos de estratificação social (Jabobs, Jane, 2000:130).

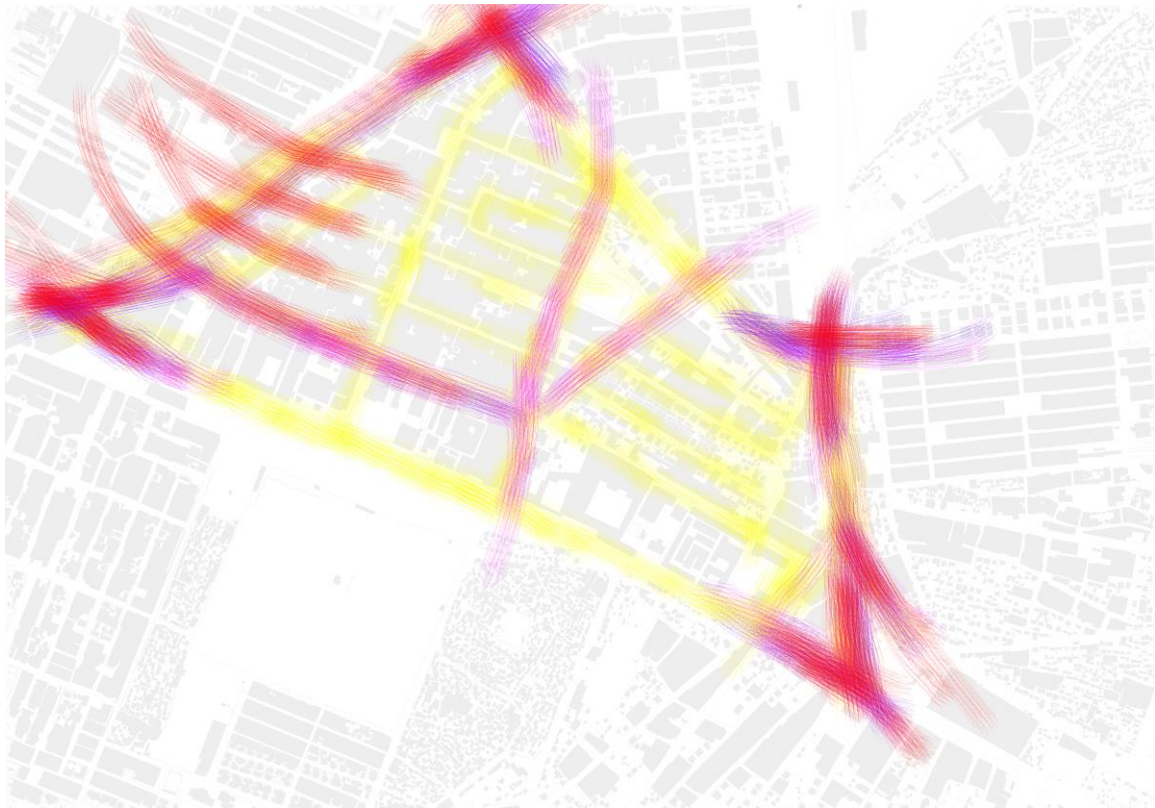


Fig.19. Nível de tensão social 4 – Repulsa e Conflito (imagem de autor, 2018)

Temos então um quarto e último nível de tensão social, que se identifica como “repulsa e conflito”, nas zonas mais críticas.

O vínculo entre cidade e a relação social pode ser abordado numa perspectiva cultural, em que se pode deduzir modos diversos de apropriação da cidade e hipóteses distintas de sobrevivência consoante os meios sociais; e a aproximação estrutural que permite analisar o campo de possibilidades que uma mesma localização espacial pode gerar (Jabobs, Jane, 2000:127).

Pode-se constituir uma imagem idealizada da cidade, levando a uma vontade de produzir um espaço social cuja homogeneidade e continuidade se quer reforçar diminuindo as diferenças constitutivas de desigualdades – quer se trate do que diz respeito à qualidade das habitações ou ao desenvolvimento dos equipamentos dos diferentes bairros, ou ainda no que toca às possibilidades de acesso aos locais da cidade tidos por importantes, centro urbano ou espaços verdes (Jabobs, Jane, 2000:129).



Fig.19. Níveis de tensão social sobrepostos a rede viária (imagem de autor, 2018)

Verifica-se então uma maior tensão social nas zonas mais densas, estas que por sua vez resultam do comércio formal, a presença do mercado e zona comercial, também uma maior tensão na proximidade a grandes vias, relacionando-se então a tensão aos limites/barreiras do bairro.

O crescimento populacional e o perfil demográfico são também um dos diferentes níveis de análise da concentração urbana acelerada em Luanda. São criadas estratégias de sobrevivência, de inserção urbana e de recomposição social dos diversos grupos sociais peri-urbanos (ao nível dos indivíduos, das famílias e das comunidades e no âmbito económico, sócio-antropológico e habitacional);

Entre os problemas cívicos de uma cidade multicultural está a dificuldade moral de estimular a simpatia para com o outro. E isto só pode ocorrer quando entende-se o porquê é que a dor corporal exige um lugar em que possa ser reconhecido e que suas origens transcendentais são visíveis. A experiência humana tem a mesma dor. Desorienta e faz incompleto para o indivíduo, superar o desejo de coerência. Num corpo cívico, sensível à dor de outra pessoa, às dores presentes na rua, perdurando por fim - embora num mundo heterogêneo ninguém possa explicar aos outros o que eles sentem, quem são. Mas o corpo só pode seguir esta trajetória cívica se reconhecer que as conquistas da sociedade não fornecem um remédio para o sofrimento delas, que a infelicidade delas não provê que a dor delas deriva do mandato divino de vivermos juntos como exilados (Sennett, Richard, 2003:400-401).

A unidade de vizinhança tem em vista melhor propensão para minimizar os conflitos. O agrupamento de elementos homogêneos, quer pelo recurso a processos de convivência pacífica pelo estatuto identitário (Jacobs, Jane, 2000:130).

São necessárias condições para gerar diversidade nas ruas e distritos:

(1) Os segmentos que compõem o distrito deverão desempenhar mais do que uma função principal; estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por razões diferentes, mas que possam assim usar boa parte da infraestrutura; (2) Deve haver oportunidade de virar a esquinas nos quarteirões, ou seja, estes devem ser curtos. Atraindo para si misturas de usuários e resultando crescimento de diversidade, (3) deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos (Jacobs, 2000, p. 165).

Devem ser observadas as formas de auto-organização das populações peri-urbanas e na sua articulação com a intervenção de instituições públicas e privadas, a transformação da estrutura do solo urbano e dos níveis de urbanização dos bairros periféricos, a transformação do tipo de habitação significativo dos grupos sociais (residentes nas periferias urbanas) e da sua urbanidade, as estratégias de ocupação e apropriação do espaço peri-urbano, de acesso aos materiais de construção e de resolução do problema habitacional; e o processo de planeamento avulso e auto-gestão das áreas peri-urbanas. (Oppenheimer, Joche, Raposo, Isabel, 2007:238)

4. Requalificação Urbana

4.1. Requalificação Urbana

A presente dissertação aponta para a necessidade de requalificação urbana do *musseque* da Terra Nova. Procura-se também entender o conceito de requalificação urbana, com sentido a eficácia no foco de atuação.

Segundo a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a “requalificação urbana consiste na operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano, constituem objectivos primordiais da intervenção” (DGOTDU, 2005:67). Esta terminologia salienta o seu objectivo da requalificação urbana, com vista à melhoria da funcionalidade urbana, adequando o território à funções pretendidas.

O conceito de reabilitação urbana corresponde aos procedimentos que constam na conversão do espaço urbano. Compreende a realização de obras de recuperação, conservação, restauro e reabilitação de edifícios e espaços envolventes, sendo que o principal objectivo é a melhoria das condições de uso e habitabilidade, preservando a sua essência e características fundamentais, apostando na sua modernização e privilegiando a adequação a novas funções. A necessidade de possuir parâmetros estéticos também se encontra aqui associada. A reabilitação resulta da percepção do valor que detém o local a ser reabilitado. Essas transformações estão ligadas ao carácter físico, ao nível social e ações estratégicas impulsionadoras do desenvolvimento da cidade (DGOTDU, 2005:305). A qualidade de vida, a sustentabilidade da cidade, a coesão social, a valorização do património com a manutenção dos elementos simbólicos (históricos e culturais), a viabilidade económica da cidade, regeneração do tecido urbano de acordo com a compreensão do processo social.

Após a análise do bairro, podemos observar que a respectiva requalificação é imprescindível, pois que em Luanda, 80% da população habita em áreas precárias. A vivência metropolitana cruza-se com a realidade de desigualdade social e económica.

Com base na realidade urbana do *musseque* da Terra Nova, no modo de vida da sua população, na situação económica atual, e nos programas e estratégias urbanísticas apontadas pelo Governo, as estratégias de intervenção no âmbito da reabilitação urbana,

passam primeiramente pelo fornecimento de infraestruturas básicas ligadas à rede pública – abastecimento de água, saneamento e eletricidade – da responsabilidade do Estado. Estes trabalhos obrigam a intervir na rede viária, para melhorar a iluminação pública, a circulação e as acessibilidades, beneficiando os serviços de transportes e a recolha de lixo. Embora o melhoramento da habitação fique sob a responsabilidade dos moradores, este tipo de projeto supõe também a regularização da ocupação dos terrenos, e a elaboração do cadastro.

Assim, de acordo com a disponibilidade financeira da entidade investidora, e as características do local e dos habitantes, um programa de reabilitação dos *musseques* deve assentar nas seguintes ações:

a) fornecimento de infraestruturas urbanas básicas (água, eletricidade e saneamento); b) provisão de ponto de ligação às redes técnicas públicas na entrada de cada lote; c) estruturação da rede viária, garantindo a drenagem das águas pluviais, acessibilidades, transportes, recolha de lixo e iluminação pública; d) as intervenções nas vias de circulação podem obrigar ao seu alargamento e consequentemente à necessidade de deslocação das populações cujas casas se localizam nessas áreas.

Os projetos de requalificação apresentam diversas vantagens: a) custos de realojamento relativamente mais baixos, uma vez que só afectam algumas famílias; b) desenvolvimento económico promovido pela melhoria de condições ambientais e sanitárias, resultantes da ação de requalificação; c) maior investimento dos particulares, principalmente na habitação após a qualificação do bairro, sem custos adicionais de realojamento a grande escala.

São apontados como desvantagens: a) o facto de ser prioritário o fornecimento de infraestruturas sem articulação com o melhoramento das condições de habitabilidade; b) o processo é normalmente moroso, principalmente se se ponderar nas dificuldades e limitações institucionais de Luanda (Bettencourt, Andrea, 2001:80).

A reabilitação que se aponta para o bairro da Terra Nova, consiste em:

- Permitir mais espaços abertos, proporcionando fluidez e permeabilidade no espaço, que se torna impossível com as ruas que se condensam pela densidade populacional e tráfego rodoviário nas artérias que o comprimem. Dando azo deste modo a uma redução das tensões sociais abordadas no terceiro capítulo. Pois

neste espaço sentimos empiricamente a necessidade de libertar as pessoas deste “sufoco”, reduzindo zonas de conflito.

- Introdução de mobiliário urbano e equipamentos adequados;
- Melhoria da acessibilidade e mobilidade;

4.2. Potencialidade do vazio urbano

Como local privilegiado para intervenção dentro do Musseque da Terra Nova, encontramos um terreno que antes pertenceu a um clube de futebol local, o Clube dos Flamenguinhos. Ali, muitos jovens cessaram de ser ociosos, e viram as suas vidas mudar para melhor através da prática da atividade lúdico-desportiva, o futebol. Este local reunia os vizinhos e atraía público de outros bairros nos finais de semana de competições ou simplesmente em dias de treino.



Fig.20. Exercício da atividade lúdico-desportiva, futebol, por jovens moradores (imagem de autor, 2018)



Fig.21. Imagem da fachada de onde se encontra o vazio urbano. Rua da Madeira. Mussequê da Terra Nova. (imagem de autor, 2018)

O vazio urbano viu as suas funções alteradas, com a retirada do mesmo da posse do clube de futebol, e hoje em dia, trata-se de um lugar inseguro a partir de determinada hora, para os moradores e crianças que frequentam o período noturno da escola adjacente ao local, onde ocorrem atos de violência, delinquência e marginalidade desviante.



Fig.22. Fachada de onde se encontra o vazio urbano. (imagem de autor, 2018)

Considerando este como um espaço que constitui uma oportunidade, no contexto urbano, para uma intenção de projeto a uma reconversão num espaço multifuncional, dinâmico, cultural e social, e tendo em conta a degradação e a baixa qualidade da envolvente, de modos a contribuir na qualidade de vida, daquela zona da cidade, promovendo assim atratividade, identificamo-lo como ponto neurológico numa futura promoção de requalificação urbana.



Fig.23. Uso do espaço durante o dia. (imagem de autor, 2018)

O autor Zygmunt Bauman, na obra literária *Confiança e Medo na Cidade*, destaca o termo “Mixofilia”, a tentativa de criar um ambiente propício para unir lados onde a diferença é valorizada e respeitada. Com base neste conceito, apontam-se ser necessárias:

- Uma tentativa de criar um ambiente propício para unir lados diferentes e conflitantes;
- Criar condições para que os indivíduos se aproximem e passem a ter novas experiências de convívio;
- Melhoria do conforto e segurança;
- Criar zona de encontro e comunidade;
- Gerar solidariedade, para combater o medo.



Fig.24. Vazio urbano proposto a local de intervenção. Intenção de criação de espaço de encontro. (imagem de autor, 2018)

4.3. Espaço público

Ao intervir no espaço público, deve-se ter em conta os papéis estratégicos e “performance” nesse mesmo espaço, que Segundo a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), comportam:

- **Identidade:** promove o carácter formal e significativos reconhecíveis no local, promove os padrões característicos da cultura e do desenvolvimento local, promove a criação de novos elementos de diferenciação (Brandão, Pedro, 2008:24). Reconhecendo a sua performance identitária através da noção inerente a toda ação de avaliação como o valor da vida, valor de pertença, valor emocional, valor sentimental, estético e simbólico (Brandão, Pedro, 2008:25). Através da percepção social do valor identitário, o espaço ganha do seu reconhecimento um carácter único e especial, que vai traduzir-se na imagem, esta com atributos de legibilidade (identidade, distinção como coisa), estrutura (identidade na relação da coisa com outras e com o observador) e significado (identidade de elementos distintivos, relativamente a referências claras) (Brandão, Pedro, 2008:26).
- **Continuidade, permeabilidade:** permitir integração do espaço na malha urbana, e permite que se estabeleça uma clareza de delimitações entre os espaços públicos e privados. (Brandão, Pedro, 2008:25).

- **Segurança, conforto, apazibilidade:** promover a segurança de pessoas e bens e a relação segura de pessoas e bens em relação ao tráfego rodoviário (Brandão, Pedro, 2008:24).
- **Acessibilidade e Mobilidade:** permitir a fácil circulação e a interligação entre os vários modos de movimentação, sem exclusão de limitações (ibidem:24).
- **Diversidade e adaptabilidade:** o espaço deve oferecer tolerância para possíveis mudanças futuras de utilização do espaço, sendo este compatível com diferentes serviços e equipamentos, e promovendo a diversidade (natural/artificial) e alternativas de vivência (ibidem:24).
- **Robustez e resistência:** a qualidade deve ser adequada as solicitações do uso e desgaste e aos elementos do clima, prevenção do vandalismo e adequação ao maior tempo útil de vida possível, diminuindo a manutenção (ibidem:24).
- **Sustentabilidade:** sendo esta na economia, produzindo um valor superior ao consumido, viável no tempo; como ambiental, com pouco impacto ecológico na construção e manutenção (ibidem:24).
- **Vitalidade:** de acordo as necessidades humanas, gostos e funções (ibidem:24).
- **Sentido:** experienciado no tempo e no espaço dos moradores (ibidem:24).
- **Adequação:** que corresponda aos padrões e preferências dos utentes (ibidem:24).

- **Acessibilidade:** beneficiando os públicos destinatários das atividades (Brandão, Pedro, 2008:25).
- **Controlo:** podendo ser gerido pelos que trabalham ou residem na vizinhança (ibidem:25).
- **Eficiência:** esta deve ser de acordo a dimensão do custo da manutenção e satisfação em relação ao mesmo (ibidem:25).
- **Justiça:** correspondendo ao benefício do espaço em relação a todos os requisitos anteriormente citados (ibidem:25).

4.4. Proposta programática

A presente proposta programática no vazio também urbano, presente no bairro da Terra Nova, rua da Madeira, tem como conceito principal o desenho de um *Espaço Público Aberto*, que permita aos residentes e visitantes desfrutar dele em harmonia. Respondendo às questões sobre o contributo da qualidade de vida, e requalificação do espaço. Para a proposta destacam-se várias ações que visam à transformação do espaço, criação de ambiente de encontro e convívio com a criação de uma praça com função social e que ligada ao lazer e em espaço verde que proporcione conforto ambiental, árvores, sombreamento natural por filtro de ar; e dando continuidade, ao que se tornou a essência do local (a prática do futebol), a criação de um campo multiusos para a prática de atividades lúdico-desportivas em particular o futebol, contribuindo assim a convivialidade e lazer.

Conclusão

A segregação de social de classes, a segregação racial, a guerra colonial e civil estão na base da origem dos assentamentos informais, no caso, em particular dos *musseques*. Mas a economia tem um grande papel impulsionador da densificação dos mesmos: expansão acelerada, livre e desordenada, juntamente com um crescimento demográfico e urbano acelerado.

Os microssistemas económicos do bairro firmam-se nas atividades terciárias, principalmente no pequeno comércio informal, com pequenas concentrações de vendedores nas vias públicas ou à porta das habitações. E também alguma produção mercantil. Todo o bairro se tem voltado em torno da economia local e com carácter também ele informal.

A unidade de vizinhança caracteriza-se por relativa autonomia face as necessidades diárias de consumo de bens e serviços urbanos. A escola aparece como foco e centro gerador da respectiva concepção; e a aspiração de recuperação de valores de uma vida social a nível local, as relações de vizinhança. Esta, tem em vista melhor propensão para minimizar os conflitos com agrupamento de elementos homogéneos e pela elaboração de amplos compromissos de coexistência.

A solidariedade é um ponto forte na caracterização do bairro, mas com o desenvolvimento da economia, há uma necessidade no ser humano de preservar a independência e a individualidade, intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos e assim predominam os interesses de cada um, gerando-se uma economia egoísta com base numa competição feroz, sem a sensibilidade para com relações pessoais, é o caso na vida rural. O interlaçar de interesses e relações diferenciadas, resultam em complexidades que definem as tensões sociais. Há então a necessidade de se dominar os conflitos internos, e reduzir as intervenções exteriores, fazendo simultaneamente convergir na cidade as vantagens financeiras.

A cidade é o lugar de transmissão de uma dinâmica, lugar de articulação entre atores, o pensamento deverá estar voltado para a constituição dos espaços de modos a minimizar os conflitos nos lugares de coexistência. Para cumprir-se assim formas diversas de compromisso de coexistência que permitam fazer com que o espaço quotidiano não seja

um lugar de tensões constantes. Deve haver a existência de um sentimento de segurança criando-se o manifestar do interconhecimento entre moradores e residentes.

A requalificação do *musseque* da Terra Nova é imprescindível, a vivência metropolitana cruza-se com a realidade de desigualdade social e económica. Colmatar este facto passa por entender e preservar a herança histórica, criar encontro e reforçar a solidariedade, conforto e segurança. Dada a importância da requalificação do espaço público como um elemento-chave para o desenvolvimento do ambiente urbano, que tem na dimensão identitária do lugar em momento-chave e uma pedra-de-toque.

Bibliografia

Instituto de planeamento e gestão urbana de Luanda: CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (1970)

Barcellos, Vicente Quintella (2009). *UNIDADE DE VIZINHANÇA: NOTAS SOBRE SUA ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E INTRODUÇÃO NO BRASIL*. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, Brasília.

Bauman, Zygmunt (2006). *Confiança e Medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'água Editores.

Bettencourt, Andrea (2001). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas Os musseques de Luanda*. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, FACULDADE DE ARQUITECTURA, Lisboa.

Brandão, Pedro (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação coletiva. Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. DGOTDU Política de Cidades POLIS XXI.

Cachado, Rita Ávila; Baía, João (2012). *Políticas de Habitação e Construção Informal*. (E. M. Sociais, Ed.) Lisboa.

Castro, Joaquim (8 de Abril de 2014). *Ovar Novos Rumos*. Obtido em 20 de Junho de 2018, de SAPO BLOGS: https://ovar_novosrumos.blogs.sapo.pt/historias-da-terra-nova-um-bairro-de-161351

DGOTDU (2005). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território* (Coleção Informação 8 ed.).

Fernandes, José Manuel (2014). *Luso Africana - Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.

Fortuna, Carlos (2001). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.

Jacobs, Jane (2000). *Morte e Vida de grandes cidades* (1ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Owen, Robert (1983). *A New View of Society, Or, Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle to Practice*. New Lanark.

Perry, Clarence (1929). The Neighborhood Unit. In *The Regional Plan of New York and its Environs*.

Raposo, Isabel; Oppenheimer, Jochen (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.

Remy, Jean; Voyé, Liliane (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição?* (2ª ed.). (E. Afrontamento, Ed.) Porto.

Sennett, Richard (2003). *Carne y Piedra El cuerpo y la ciudad en la civilizacion occidental*. Madrid: Alianza Editorial.

Simmel, Georg (2001). <<A metropole e a Vida do Espirito>> In Carlos Fortuna, *Cidade Cultura e Globalizacao*. Oeiras: Celta.

